

Diário do Legislativo de 23/10/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

2 - ATA

2.1 - 146ª Reunião Especial

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.114/2001

Dá cumprimento ao disposto na Emenda à Constituição Estadual nº 49, de 13 de junho de 2001.

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto nos arts. 105 e 106, introduzidos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado pela Emenda à Constituição nº 49, de 13 de junho de 2001, delibera:

Art. 1º - O servidor detentor de função pública nesta Assembléia Legislativa na data de publicação da Emenda à Constituição Estadual nº 49, de 13 de junho de 2001, que atenda ao disposto no art. 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, passa a integrar o quadro efetivo de pessoal de sua Secretaria, em cargo correspondente à função pública de que seja detentor, observado o anexo desta deliberação.

§ 1º - A integração a que se refere o "caput" deste artigo não afetará o desenvolvimento do servidor na carreira, ficando mantidos o padrão de vencimento e o nível nos quais se encontra posicionado nesta data, asseguradas as vantagens pecuniárias individuais a que tenha feito jus e respeitadas as atribuições dos cargos estabelecidas na Deliberação da Mesa nº 1.025, de 23 de fevereiro de 1994.

§ 2º - Os cargos previstos no "caput" deste artigo extinguem-se com a vacância.

§ 3º - A integração de que trata esta deliberação será registrada por ato da Mesa desta Assembléia Legislativa nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 2º - Ao servidor abrangido por esta deliberação são assegurados os direitos, as vantagens e as concessões inerentes ao exercício dos demais cargos efetivos que compõem a carreira do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembléia, à exceção da estabilidade e dos direitos que desta dependem.

Art. 3º – Esta deliberação não ensejará aumento de despesas.

Art. 4º – Esta deliberação entra em vigor em 14 de junho de 2001.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 17 de outubro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

Anexo

Situação Anterior	Situação Atual	Quantitativo
Classificação da Função Pública	Cargo Efetivo	
Agente de Execução às Atividades da Secretaria (Grau básico)	Agente de Execução às Atividades da Secretaria (Grau básico)	446
Oficial de Execução às Atividades da Secretaria (Grau médio)	Oficial de Execução às Atividades da Secretaria (Grau médio)	31
Técnico de Execução às Atividades da Secretaria (Grau superior)	Técnico de Execução às Atividades da Secretaria (Grau superior)	3

ATA

ATA DA 146ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 15/10/2001

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Sebastião Costa - Entrega do título - Palavras do Sr. Antônio José Polanczyk - Apresentação musical - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Mauri Torres - Agostinho Patrús - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Genaro - Bilac Pinto - Doutor Viana - Gil Pereira - José Henrique - Maria Olívia - Mauro Lobo - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Doutor Viana, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Omar Peres, Secretário de Indústria e Comércio, representando o Sr. Itamar Franco, Governador do Estado; Antônio José Polanczyk, Diretor-Presidente da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira; Weber Americano, Secretário Adjunto da Justiça, representando o Sr. Newton Cardoso, Vice-Governador do Estado; José Santana de Vasconcelos Moreira, ex-Presidente desta Casa; Revmo. Dom Lélis Lara, Bispo da Diocese de Itabira e Coronel Fabriciano; Eduardo Azeredo, ex-Governador do Estado; e Sebastião Costa, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Antônio José Polanczyk,

Diretor-Presidente da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, concedido pelo Sr. Governador por meio do Decreto nº 41.702, de 6/6/2001, a requerimento do Deputado Sebastião Costa.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Sebastião Costa

Exmos. Srs. Deputado Antônio Júlio, Presidente da Assembléia Legislativa; Omar Peres, Secretário de Indústria e Comércio, representando o Governador do Estado; Antônio José Polanczyk, Diretor-Presidente da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, nosso ilustre homenageado desta noite e sobre quem estaremos discorrendo daqui a pouco; Weber Americano, Secretário Adjunto da Justiça, representando o Vice-Governador do Estado; Deputado Federal José Santana de Vasconcelos, ex-Presidente desta Casa; Revmo. D. Lélis Lara, Bispo da Diocese de Itabira e Coronel Fabriciano; Eduardo Azeredo, ex-Governador do Estado, gostaria de mencionar o nome de todas, mas sabemos que são diversas as autoridades aqui presentes e não posso cometer injustiças neste momento. Por isso, quero agradecer a todos e dizer a cada um que se sintam como se tivessem sido mencionados pelo nosso cerimonial. Sr. Presidente, autoridades municipais presentes - e tenho notícias de vários Vereadores e Prefeitos que estão aqui conosco -, senhoras e senhores, Antônio José Polanczyk é o homenageado desta noite. É a ele, portanto, com a devida licença da distinta platéia, a quem quero me dirigir em primeiro lugar.

A cidadania honorária que hoje recebe, caro Antônio José Polanczyk, é a conquista de um território. Território que todos nós, oriundos das Minas e das Gerais, temos orgulho muito grande de ocupar. Tão grande é nosso orgulho que somos extremamente parcimoniosos em conceder a outros o direito, ainda que honorário, de dividir a sua ocupação conosco.

Esteja V. Sa. certo de que Minas Gerais somente chama de filhos aqueles a quem ama. E V. Sa., tenha certeza, já está há muito tempo na querência e no amor desta terra. Já está entre aqueles que nossa gente, com sua proverbial sabedoria, chama de "os homens de bem".

Muito contribuiu para a concessão da cidadania honorária de Minas a sua formação pessoal. Na lida com a terra, na simplicidade do trato com as pessoas e no profundo e inabalável respeito à família e às tradições de sua gente, sua pequena Guarani das Missões, jóia incrustada na Região de Cerro Largo, no Rio Grande do Sul, possibilitou-lhe primorosa educação.

Se tais valores são universais, para nós, mineiros, são essenciais à própria vida. Dessa maneira, V. Sa. vem, com valores tão caros aos mineiros, engrossar a fileira dos brasileiros que são forjados na sina da esperança. Dos homens e das mulheres que fazem de suas vidas um hino de louvor à construção de um mundo melhor. De um mundo onde a terra, a simplicidade e o respeito à família e às tradições sejam ponto de partida para outras conquistas.

Assim, quando V. Sa., lá pelos anos 60, desembarca em Minas Gerais como engenheiro assistente da Usina de Monlevade e, devagar e silenciosamente, como bom mineiro, conquista todos os postos de relevo, até que, em 1998, por mérito próprio, chega à Presidência da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, nada mais fez do que exercitar o que lhe foi ensinado na pequenita Guarani das Missões: amor à terra, simplicidade no trato e respeito, muito respeito, à família e às tradições.

Sei que V. Sa. já presidiu o Instituto Brasileiro de Siderurgia e a Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais. Sei, também, que exerceu cargos na Diretoria do Sindicato da Indústria do Ferro Gusa e no Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais. Sei, ainda, que preside o Comitê Gestor do Programa Mineiro de Qualidade e Produtividade. O que V. Sa. talvez não saiba é que a homenagem que hoje recebe está muito mais associada aos gestos do cidadão Antônio José Polanczyk, que, mesmo no exercício de elevados e honrosos cargos, jamais se esqueceu da terra, da simplicidade e da defesa da família e das tradições.

De fato, a mesma Guarani das Missões, que acolheu, no final do século XIX, aqueles que carinhosamente chamamos de polacos, foi alvo de expressiva homenagem. Descendente direto dos poloneses, V. Sa., após a morte de sua mãe, ocorrida no ano passado, doou ao município o prédio onde nasceu e por muitos anos residiu sua família. Lá fez instalar a Casa da Cultura Helena Carolina, homenageando duas mulheres fortes em sua vida: uma, sua mãe, Helena, e outra, sua avó, Carolina.

Buscando preservar suas origens, V. Sa. está à cata, na Polônia, de pessoas com as quais tenha laços familiares. E, como dizia o poeta, "são grandes demais os perigos dessa vida". Minas Gerais aparece em sua vida outorgando-lhe a cidadania honorária de mineiro.

Assim é Minas: enquanto V. Sa. busca achar seus ascendentes, ela abre-lhe as portas para sua descendência; faz de seu território a casa de V. Sa.; entrega às suas montanhas os mais escondidos desejos de V. Sa. e profere ecos intermitentes dos sinos de suas igrejas, como a anunciar: "Localizem, minha gente, o povo de meu filho Antônio José, polaco de origem, gaúcho de nascimento, mas mineiro por sua própria fé".

Minas vai mais longe, conterrâneo Antônio José: lança em seus campos gerais o grito de liberdade de V. Sa., traduzido no amor fecundo por D. Terezinha Parreiras, frutificado nas vidas de seus filhos, Antônio Carlos e Karla. E, qual história intermitente de amor bem mineiro, nutrido sob o fogo do lar, seus netos já recebem a seiva de vida mineira e, queira Deus, continuarão a preservar a terra, a simplicidade, a família e as tradições.

E Minas não pára, conterrâneo Antônio José. Minas cobra parte da história de seu mais novo filho. Ela sabe que o guri de Guarani das Missões, que tangia a dupla de bois Gaúcho e Valente pelas trilhas daquele rincão, que aprendeu a subir em árvores, a combater formigas, a arar e a amar a terra, deve colocar-se disponível para tanger duplas outras e aprender coisas novas.

E aqui, meu querido conterrâneo, vai o conselho de um mineiro ilustre, que dignifica essas Minas e essas Gerais - refiro-me a João Guimarães Rosa. Ninguém mais mineiro do que ele, tão mineiro que mandou lhe dizer que "o homem nasceu para aprender, aprender tanto quanto a vida lhe permita".

E seu aprendizado como mineiro oficializado passa, necessariamente, pela nossa querida Belgo-Mineira. De nada valerá a missão empresarial da Belgo-Mineira se não estiver imbuída de mineiridade.

Ninguém melhor que o senhor, conterrâneo Antônio José, para impedir que a Belgo deixe de lado o cariz de mineiro. Aquela história de que mineiro não briga - concilia; de que mineiro não é arrogante no trato - é simples no gesto e no ato; de que mineiro não é intolerante - é pacificador, nunca beligerante, será mais atual do que nunca nas ações do guri que tangeu Gaúcho e Valente e hoje, homem feito, conduz

milhares de homens na produção de riquezas.

Desnecessário dizer, Sr. Presidente da Belgo-Mineira, quanto sua empresa é importante para a economia de Minas, para o crescimento do povo de Minas, para a consolidação de Minas como Estado federado.

O que importa dizer nesta hora, Sr. Presidente da Belgo-Mineira, é que Minas está, a partir de hoje, mais feliz, porque a primeira siderúrgica integrada a funcionar na América Latina é dirigida por um filho seu, filho que honra e dignifica qualquer povo, qualquer raça, qualquer gente.

Nesta hora confusa por que passa o mundo, quando a opinião pública se manifesta contra o terror e contra toda forma de guerra, a concessão da cidadania honorária a V. Sa., conterrâneo Antônio José, toma relevância especial. Encontra-se ela, a honraria que lhe é concedida, coroada da lição maior de tolerância e de rompimento com os grilhões do isolacionismo. De fato, quando um polaco, gaúcho, diretor de uma multinacional, é homenageado por seus méritos e trabalhos à frente de uma grande siderúrgica, Minas Gerais está a dizer a todo o mundo e a toda a gente: "Olhem, a paz é possível. Basta que cada um de nós faça sua parte. É só querer".

Parabéns, Siderúrgica Belgo-Mineira. Parabéns, acionistas, diretores e empregados pelo Presidente que vocês têm.

Senhoras e senhores, nas andanças por estas Minas Gerais, mais precisamente pelo vale do rio Piracicaba, e em conversas com o Deputado José Santana, concluímos ser dever de justiça a concessão da cidadania honorária ao nosso ilustre homenageado. Levei o assunto à bancada de meu partido, o PFL, e dela recebi apoio unânime. Parti, então, para buscar o apoio das Lideranças dos outros partidos nesta Casa. Neste momento, agradeço aos Líderes do PMDB, PSDB, PTB, PDT, PL, PPB, PPS, PSB e PSD, que, juntamente com o PFL, assinaram o requerimento ao Governador do Estado.

O Governador do Estado acolheu a solicitação feita e baixou o Decreto nº 41.702, de 6/6/2001, e hoje estamos aqui para, com alegria, fielmente cumpri-lo. Tenho certeza de que compartilhamos, todos nós - Deputados, diretores, empregados e acionistas da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, bem como o povo de Minas Gerais -, da acertada decisão desta homenagem.

Quero crer, sem medo de haver crido em coisas vãs, que podemos deixar um pouco de lado o formalismo desta sessão e, no trato das coisas simples, como nós mineiros sabemos fazer, cordial e calorosamente, vamos receber nosso mais novo mineiro com uma salva de palmas. Muito obrigado a todos. Devolvo a palavra ao Presidente, Deputado Antônio Júlio.

Entrega do Título

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Sr. Antônio José Polanczyk o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, passando-lhe às mãos este diploma com o seguinte teor: "Cidadania honorária do Estado de Minas Gerais. O Governador do Estado de Minas Gerais, de acordo com o Decreto nº 41.702, de 6/6/2001, e a requerimento da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, concede ao Engenheiro Antônio José Polanczyk o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, por sua relevante contribuição para o engrandecimento da terra mineira. Belo Horizonte, 15 de outubro de 2001." Assinam o Governador do Estado, Itamar Franco e o Deputado Antônio Júlio, Presidente da Assembléia.

- Procede-se à entrega do título.

Palavras do Sr. Antônio José Polanczyk

Exmos. Srs. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Antônio Júlio; Secretário Omar Peres; Dr. Weber Americano; ex-Presidente da Casa e prezado amigo José Santana; Revmo. Dom Lélis Lara, ao qual dedico meu especial agradecimento por ter vindo aqui esta noite, o que muito me honrou; ex-Governador Eduardo Azeredo; Deputado Sebastião Costa, autor do requerimento que deu origem à homenagem e que foi muito generoso em seu discurso; Deputados Estaduais, Federais e demais autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, é com grande satisfação que venho hoje a esta Casa Legislativa. Muito me honra receber, por indicação do Deputado Sebastião Costa e com a aprovação de seus colegas, o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais.

Entendo que essa distinção é, na verdade, homenagem à Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, aqui representada pela figura de seu Presidente. Ao conceder-me esse título, os representantes do povo mineiro demonstram o reconhecimento à importância e à contribuição da empresa para Minas Gerais.

Agradeço particularmente as palavras do Deputado Sebastião Costa, dirigida à minha pessoa; elas e o resgate de fatos relacionados à minha vida tocaram-me profundamente. O poder mágico das boas lembranças juntou-se à emoção deste momento para transportar-me a lugares e situações que me deram grandes alegrias. Muito obrigado por resgatar passagens que os anos às vezes deixam esquecidas.

Como já afirmei, credito com toda sinceridade esta homenagem à atuação da Belgo-Mineira. O significado desta solenidade é bem amplo. Não se limita à honrosa distinção que me foi conferida, o que já seria suficientemente gratificante. Refiro-me, antes, ao reconhecimento desta Casa aos esforços de cada empregado da Belgo para vencer os obstáculos colocados à nossa frente por um mundo cada vez mais complexo e competitivo, onde a disputa por mercados é sempre mais acirrada. Assim, os méritos desta homenagem devem ser divididos igualmente com todos os nossos empregados, clientes, fornecedores e acionistas e ainda entre os que contribuíram com a arrancada de nossa empresa.

Acredito ser essa uma justa homenagem à Belgo. Afinal, é significativa a contribuição da Companhia para as economias mineira e nacional, na forma de produtos, empregos e recolhimento de impostos.

A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira foi relacionada, no ano passado, como a quinta maior arrecadadora de impostos em Minas Gerais. Nos municípios onde a empresa está presente, os números são ainda mais significativos. Em João Monlevade, por exemplo, a Belgo responde por 40% da arrecadação.

O Grupo Belgo é responsável pela geração de 4.500 empregos diretos no Estado, distribuídos principalmente nas sete unidades industriais existentes em Minas. Além desses, são mais 13 mil empregos indiretos.

Estamos presentes em 31 municípios mineiros e participamos diretamente de seu desenvolvimento.

Entendemos que os empregados são o maior patrimônio da Belgo e a eles devem ser atribuídos os resultados que a empresa tem alcançado. Trabalhamos com um modelo de gestão integrada que contempla e harmoniza as diversas áreas inter-relacionadas da Companhia: pessoas, qualidade, segurança, meio ambiente e comunidades.

Temos equipes capacitadas, motivadas e integradas. Procuramos sempre investir na educação e no treinamento. Mediante parcerias com instituições de ensino, é nosso objetivo fazer com que todos os empregados tenham, no mínimo, o diploma de segundo grau até o final do próximo ano.

A atenção que dedicamos a nossos empregados e seus familiares é, de longa data, estendida às comunidades onde estamos presentes. Cultivamos a crença de que uma empresa somente é bem sucedida se mantiver sintonia com aqueles que a cercam.

Através da Fundação Belgo-Mineira, estreitamos o relacionamento com as comunidades, atuando nas áreas de educação e cultura e mediante programas especiais com enfoque em saúde.

Um desses projetos é o Programa Ensino de Qualidade, que hoje reúne mais de 20 mil alunos de escolas públicas municipais e estaduais nas comunidades onde o grupo está presente.

Outra ação de grande abrangência é representada pelo programa que direciona parcela do Imposto de Renda a pagar de nossos empregados a entidades cadastradas nos Fundos da Criança e do Adolescente. No ano passado, a Belgo foi o maior contribuinte, em Minas, para os Fundos da Criança e do Adolescente.

Na área cultural, em 2000, a Fundação Belgo-Mineira promoveu 748 apresentações de teatro, dança, música e literatura, em dez municípios, envolvendo um público de 300 mil pessoas.

Na área ambiental, nossos quatro Centros de Educação Ambiental - Monlevade, Bom Despacho, Juiz de Fora e Antônio Dias - recebem anualmente milhares de escolares e desenvolvem um trabalho de conscientização para a importância da preservação.

As respostas a esse conjunto de ações, percebemos no dia-a-dia em nossas usinas, nas comunidades, pelas certificações e através do reconhecimento público. Todas as nossas unidades possuem certificações nas normas ISO 9000 e ISO 14000, que tratam do meio ambiente, e BS 8800, relacionada à segurança e saúde ocupacional.

Recentemente nossa empresa foi relacionada pela revista "Exame" como uma das 100 melhores para se trabalhar no Brasil. A mesma publicação acaba de escolher a Belgo, pelo segundo ano consecutivo, como uma das empresas modelo do País em responsabilidade social. A empresa é "benchmark" em atuação social, de acordo com a avaliação do Instituto Ethos, em São Paulo, e também uma das cinco melhores empresas em clima organizacional, segundo a consultoria Hay do Brasil.

Orgulhamo-nos ainda dos resultados em segurança do trabalho. Os índices da usina de Monlevade são os melhores do País e também são referência entre as diversas instalações siderúrgicas européias do Grupo Arbed, nosso principal acionista. A qualidade dos produtos Belgo tem reconhecimento mundial; disputamos a liderança com um restrito nicho de mercado de produtos para cordões de aço. Por esse produto a Belgo foi destacada como melhor fornecedor do grupo Bekaert, o maior fabricante independente de "steel cord".

Permitam-me agora aproveitar as referências feitas pelo ilustre Deputado Sebastião Costa para falar um pouco mais da trajetória da minha família. Gostaria de contar-lhes como imigrantes poloneses encontraram-se em um ponto distante no Sul do Brasil e de como alguém, que lá nasceu, tornou-se um mineiro de coração.

Retorno ao final do século XIX, quando um grande movimento de emigração contagiava a Europa. Levas de imigrantes seguiam para os Estados Unidos, Canadá, Argentina e Brasil em busca de melhores oportunidades de vida. O governo imperial brasileiro promovia esse movimento com o objetivo de substituir a mão-de-obra escrava e também desbravar áreas não exploradas do território brasileiro, especialmente aquelas localizadas nas fronteiras da Região Sul, onde ocorreram conflitos históricos com as nações vizinhas da bacia do rio Prata.

Nesse cenário, quatro famílias polonesas, que não se conheciam, resolveram emigrar. Quis o destino que, em lugar dos Estados Unidos, que era a mesa dos imigrantes, Canadá ou outros países, escolhessem o Brasil para viver. Mais do que isso, em vez de partir para o Paraná, quem sabe Santa Catarina ou Espírito Santo, decidiram fixar moradia no Rio Grande do Sul. Não seguiram para um dos núcleos de poloneses já existentes, mas se aventuraram na criação de uma nova cidade, Guarani das Missões, no alto rio Uruguai. Essas pessoas foram a origem de meus pais.

Era uma região coberta de florestas, na bacia do rio Uruguai, próxima à região dos Sete Povos das Missões.

O desafio de ocupar a nova terra foi imenso. Tiveram que abrir caminhos com machado e enxada, construir casas no meio da floresta, criar clareiras para o cultivo e, desse modo, garantir a sobrevivência. Alguns pereceram, outros continuaram sua caminhada, atravessaram o rio Uruguai e se estabeleceram no norte da Argentina.

Meu avô paterno teve nove filhos. O pedaço de terra que lhe coube e os recursos de que dispunha para ampliar sua área cultivável eram insuficientes para os filhos que se tornaram adultos. Meu pai, com 16 ou 17 anos, tomou a iniciativa de procurar alternativas de vida em Porto Alegre, onde se tornou balconista do comércio. Na Revolução de 30, incorporou-se às tropas lideradas por Getúlio Vargas e com elas marchou até São Paulo. Temos fotografias suas entre os vitoriosos, naquela Capital. Terminada a revolução, voltou a Guarani das Missões, onde passou a lecionar em uma escola rural.

No lado materno, minha origem também é modesta. Minha avó casou-se jovem, ficou viúva quando minha mãe contava apenas 5 anos. Para sobreviverem em um ambiente restrito, tornou-se costureira e parteira.

O professor rural e a costureira casaram-se e iniciaram um pequeno comércio, ele, aproveitando a experiência trazida de Porto Alegre, e ela, costurando para aumentar a renda. Foram abençoados com sete filhos. Crescemos em um ambiente de recursos limitados, onde a tônica sempre foi o trabalho e a obsessão pelo estudo. Tínhamos dois bois, o Gaúcho e o Valente. Eu tinha 11 anos e arava a terra. Guardo o cheiro de terra até hoje. Foi uma das minhas experiências mais espetaculares. Perdemos o pai muito cedo. Minha avó e minha mãe ficaram com a missão de criar e educar sete crianças, a mais velha com 11 anos. Duas mulheres de fibra, cumpriram a missão. Dos sete filhos, três concluíram a universidade, e duas filhas, a escola normal. Um dos três é o meu irmão que está presente.

Ingressei no curso de Engenharia da UFRGS e, influenciado por colegas e professores, optei pela especialização em Minas e Metalurgia. No penúltimo ano, eu e alguns colegas conseguimos estágio na Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, em Sabará. Foi meu contato inicial com a empresa que acabei escolhendo, um ano depois, para trabalhar e onde fiz toda a minha carreira.

Encontrei na Belgo um ambiente desafiador, uma empresa em crescimento e vivendo uma ebulição cultural. De uma organização baseada no empirismo, na experiência individual, onde predominava o paternalismo, a empresa evoluiu nos últimos anos para uma entidade que trabalha de forma mais científica e com método. O ambiente amigo, presente desde os primeiros tempos de Monlevade, para onde convergiam engenheiros e técnicos vindos de várias localidades de Minas e do Brasil, e a oportunidade de contribuir modestamente para o crescimento da usina foram fortes razões para minha permanência. Vim, gostei e fiquei.

Tive a felicidade de encontrar Terezinha, minha amada esposa. Juntos compartilhamos alegrias, dúvidas, tristezas e felicidade. Sua paciência em escutar, suas observações objetivas, suas críticas às vezes contundentes, sua palavra amiga nos momentos de dor, sua preocupação em combater injustiças, seu carinho e seu amor pavimentaram a estrada de nossas vidas.

Longe dos meus, passei a conviver com uma segunda família: D. Conceição e Dr. Geraldo Parreiras e seus filhos me receberam de braços abertos. Guardo uma saudosa lembrança de ambos. Do carinho, da amizade e da acolhida que me deram. Os anos se passaram, vieram os filhos queridos e os netos, que são nossa maior recompensa e enchem nossos corações de alegrias. Criei em Minas meus melhores relacionamentos. No Rio Grande ficaram as boas lembranças, velhas amizades e o carinho da família. Hoje posso identificar aqui inúmeros amigos com os quais a vida me presenteou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, meus amigos, mais uma vez, meu sincero agradecimento pela homenagem que estou recebendo. Vocês serão sempre credores de minha gratidão.

Meus agradecimentos à Belgo e aos colegas de empresa pelo convívio ameno de todos estes anos. Muito obrigado a todos que compareceram a esta solenidade. Com sua presença, distinguiram-me de forma excepcional. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvirem o Coral Ars Nova, que, sob a regência do Maestro Carlos Alberto Pinto Fonseca, apresentará as músicas "Rapsódia Gaúcha" e "É a Ti, Flor do Céu", com o solo do tenor Júlio Valentim.

- Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição de 16/10/2001.). Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 297ª reunião ordinária, a realizar-se em 23/10/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.139/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a utilização de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.291/2000, do Deputado Gil Pereira, que dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para expedição de segunda via de cédula de identidade e carteira de habilitação das pessoas que comprovarem que foram vítimas de furto ou de roubo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.344/2001, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.401/2001, do Deputado Marco Régis, que dispõe sobre a agricultura orgânica no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.422/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 5 a 7, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Política Agropecuária. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Política Agropecuária, e 5 a 7, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.429/2001, do Deputado Bené Guedes, que institui o Sistema de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.482/2001, do Deputado Marco Régis, que visa a autorizar a CEMIG a comprar ações das Centrais Elétricas de FURNAS. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.197/2000, do Governador do Estado, que dispõe sobre a reorganização do Conselho de Industrialização - COIND. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 84ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 23/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.383/2001, do Deputado Fábio Avelar; 1.746/2001, do Deputado João Pinto Ribeiro; 1.774/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz; 1.781/2001, da Bancada do PT; 1.783/2001, do Governador do Estado; 1.786/2001, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.795/2001, da Deputada Elaine Matozinhos; 1.807/2001, do Deputado Cristiano Canêdo; e Projeto de Lei Complementar nº 44/2001, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.544/2001, do Deputado Paulo Piau; 1.682/2001, do Deputado Ivair Nogueira; 1.788/2001, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.791/2001, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da CPI do Preço do Leite, a realizar-se às 14h30min do dia 23/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Alberto Adhemar do Valle Júnior, Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de Minas Gerais - SILEMG -, e Ronaldo Scucato, Presidente da OCEMG - SESCOOP.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 73ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 23/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.566/2001, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.612/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz; 1.743/2001, do Deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 77ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 23/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.659/2001, do Deputado Ambrósio Pinto.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 90ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 24/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 981/2000, do Governador do Estado; Projeto de Lei Complementar nº 42/2001, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.686/2001, do Deputado Bené Guedes.

Finalidade: obter esclarecimentos, a pedido do Deputado Sargento Rodrigues, sobre fato ocorrido no Município de São Geraldo envolvendo o Prefeito Municipal e a Polícia Militar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 78ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10 horas do dia 24/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de audiência pública destinada a debater, com diversos convidados, possíveis irregularidades no BANCOB-CREDITEC, apontadas por moradores do Município de Serranos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 75ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 24/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 75ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14h30min do dia 24/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.689/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.761/2001, do Governador do Estado; Projeto de Lei Complementar nº 38/2001, do Deputado Adelino de Carvalho.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.683/2001, do Tribunal de Justiça.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Amilcar Martins, Dimas Rodrigues, Marcelo Gonçalves e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/10/2001, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, João Pinto Ribeiro e José Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/10/2001, às 8h30min, no Teatro Atiaia, da FUNSEC, com a finalidade de traçar, com os educadores do vale do Rio Doce, um panorama do ensino público estadual, especialmente, avaliar a atual situação da educação em Minas Gerais e colher subsídios para um plano de carreira.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2001.

Paulo Piau, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.700/2001

Comissão de Saúde

Relatório

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Marcelo Gonçalves, pretende declarar de utilidade pública a Santa Casa de Caridade de Formiga, com sede nesse município.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e lhe apresentou a Emenda nº 1, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Santa Casa de Caridade de Formiga possui como finalidade principal a prestação de relevantes serviços na área da saúde, assistindo os doentes pobres em geral, oferecendo-lhes alojamento e atendimento médico-hospitalar.

Além do mais, para melhor desempenho de suas funções, poderá firmar convênios e parcerias com instituições públicas ou privadas, cooperativas, operadoras de planos de saúde, seguradoras ou equivalentes.

Pelos princípios que a norteiam, ela se torna merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.700/2001 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2001.

Elaine Matozinhos, relatora.

PARECER SOBRE A EMENDA Nº 1 E O SUBSTITUTIVO Nº 1 APRESENTADOS EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 825/2000

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária sobre fio de malha sintética.

Cumpridas as formalidades regimentais, o projeto foi examinado inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária opinou pela aprovação do projeto.

Encerrada a discussão no 1º turno, houve a apresentação em Plenário da Emenda nº 1, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e do Substitutivo nº 1, de autoria do Deputado Marcelo Gonçalves. Retorna o projeto a esta Comissão para que ela emita parecer sobre as alterações sugeridas.

Fundamentação

A Emenda nº 1 estende o benefício da redução da carga tributária de 18% para 12% aos produtos de vestuário, além das operações com fio sintético de malha.

Por outro lado, o Substitutivo nº 1 amplia a extensão do benefício fiscal, abrangendo as operações internas realizadas pelas indústrias de fiação, têxteis, de vestuário e de calçados.

Por ser mais amplo, o objeto do Substitutivo nº 1 melhor atende ao princípio da isonomia, possibilitando um tratamento tributário idêntico para todas as indústrias do setor de fiação, têxtil, de vestuário e de calçados, razão pela qual deve ser acolhido, ficando prejudicada a Emenda nº 1.

Importa salientar que o projeto de lei em tela é de natureza autorizativa e que caberá ao Poder Executivo, ao implementar o benefício fiscal, não só cumprir os requisitos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, como também proceder às alterações necessárias no regulamento do ICMS para estabelecer a forma, o prazo e as demais condições em que os contribuintes poderão usufruir o benefício de redução da carga tributária.

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é pela aprovação do Substitutivo nº 1 apresentado em Plenário ao Projeto de Lei nº 825/2000 e pela rejeição da Emenda nº 1, que fica prejudicada com a aprovação desse substitutivo.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2001.

Mauro Lobo, Presidente e relator - Luiz Fernando Faria - Dilzon Melo - Rogério Correia - Rêmoló Aloise.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

294ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 16/10/2001

O Deputado Wanderley Ávila - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, incontáveis vezes assumimos esta tribuna em defesa do rio São Francisco. No dia das comemorações dos 500 anos de descobrimento do rio São Francisco, estivemos na cidade de São Roque, onde entidades e personalidades que trabalharam e trabalham em favor da preservação do rio foram homenageadas com a Medalha 500 Anos do Descobrimento do Rio São Francisco. Naquela oportunidade, o Governador Itamar Franco sancionou a lei de reconhecimento do rio como patrimônio paisagístico, artístico e cultural do Estado de Minas Gerais.

Em outras vezes, nesta tribuna, falamos sobre um projeto do barranqueiro Artur Lopes Filho, Presidente da Associação Comercial do Estado de Minas Gerais, barranqueiro apaixonado e filho dos mais ilustres de Pirapora. O objetivo do projeto é fazer com que a UNESCO reconheça o rio São Francisco como rio patrimônio da humanidade. Os trabalhos foram iniciados. Aconteceram várias reuniões. Um dossiê será formalizado e entregue ao comitê da UNESCO. Temos certeza absoluta de que o nosso querido São Francisco será reconhecido como patrimônio da humanidade.

Nesta tarde, não poderia deixar de somar mais uma vez a nossa fala a tantas outras e registrar um acontecimento que ocorreu ontem em Pirapora: o início da Expedição Eng. Halfeld, uma reprise do que aconteceu nos idos de 1850, a partir de uma recomendação ao Eng. Halfeld para que fosse feito um levantamento, légua a légua, do rio São Francisco. Foi o primeiro levantamento histórico e geográfico daquele rio, feito com teodolitos, instrumentos usados naquela época. Hoje, a expedição dispõe dos mais modernos equipamentos. Neste momento, se o desejarmos, poderemos acessar a Internet e teremos contato com aqueles historiadores, geógrafos e amantes do rio São Francisco que fazem parte dessa expedição.

Isso aconteceu ontem, numa tarde bonita. As águas claras do nosso rio pareciam mostrar a sua felicidade com o sobrevôo das garças brancas. No linguajar do nosso irmão barranqueiro, o rio estava feliz porque havia tomado água. Com isso, queria dizer que o seu volume havia aumentado pelo menos um pouco. Então, neste momento, vou ler o que publicou o "Hoje em Dia", jornal a que rendemos nossas homenagens, porque dá total apoio a essa iniciativa da FEDERAMINAS e da Associação Comercial de Pirapora: (- Lê:)

"A Expedição Engenheiro Halfeld inicia amanhã, em Pirapora, uma jornada pelas águas do Velho Chico, percorrendo, em cerca de 35 dias, mais de 2.000km até a sua foz, no Município de Piaçabuçu, Alagoas. Nova iniciativa do Projeto São Francisco Patrimônio Mundial, a expedição, integrada por historiadores, geólogos, especialistas em patrimônio e meio ambiente, jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas, tem, como objetivo principal, coletar informações detalhadas sobre o imenso acervo de bens culturais, históricos e naturais localizados em municípios dos cinco Estados banhados pelo São Francisco: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

Essa verdadeira radiografia do chamado 'Rio da Integração Nacional' vai subsidiar a elaboração de um dossiê, que será encaminhado à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO -, cumprindo uma das exigências da instituição para a inscrição de bens localizados ao longo do "Velho Chico" na lista dos patrimônios mundiais. Estudo preliminar realizado sob a encomenda do Projeto São Francisco já identificou 56 bens arquitetônicos, naturais e arqueológicos, em 22 municípios ribeirinhos, os quais poderão integrar a seleta lista da UNESCO.

O percurso a ser cumprido pela expedição refaz os caminhos seguidos pelo engenheiro civil alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld, que, de 1852 a 1854, realizou um meticuloso levantamento topográfico da região, acompanhado de lúcidos relatórios sobre as paisagens e o modo de vida das comunidades barranqueiras, a pedido do Imperador D. Pedro II."

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de fazer este registro, porque, com certeza absoluta, estaremos fazendo parte da história do nosso querido rio São Francisco, que começa a ser reescrita.

Aproveitando a sensibilidade dos Executivos e dos governantes durante as comemorações em São Roque de Minas, ocasião em que assinaram com a Prefeitura da nossa querida cidade de Pirapora convênio no valor de R\$3.000.000,00, aproximadamente, destinado ao término da rede de esgoto da cidade de Pirapora, gostaríamos que se sensibilizassem também e assinassem convênio com todas as cidades das margens do rio São Francisco e de seus afluentes, para que os dejetos e esgotos sanitários tenham um destino que não sejam as águas do rio São Francisco, que não sejam as águas do rio das Velhas.

Nós, nesta tribuna, já tivemos a oportunidade de manifestar o nosso desejo de que os recursos que seriam destinados à malfadada transposição das águas do rio São Francisco sejam realmente utilizados para a recuperação do rio, que, apesar de agonizar, dá sinais de que está feliz com esse pensamento e com essa sensibilidade que parece agora se manifestar naquelas pessoas que realmente podem fazer algo pela sua salvação.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Nobre Deputado Wanderley Ávila, meu ex-companheiro de partido, mas permanente companheiro nesta Casa, acompanhei atentamente as palavras de V. Exa., que sabe muito bem que nós dois participamos da Comissão Especial para tratar da transposição do rio São Francisco, na qual nós, mineiros, parlamentares desta Casa, levantamos, em tempo oportuno, o assunto da transposição em Minas Gerais. Temos aqui o Deputado Carlos Pimenta, que foi relator da Comissão Especial. O relatório foi oportuno e, enviado para Brasília, mostrava o descontentamento do parlamento mineiro, que deveria ter sido ouvido com mais intensidade em Brasília, porque, na verdade, o rio São Francisco nasce e percorre grande trecho de Minas Gerais, onde também recebe grandes e importantes afluentes. Mas conseguimos sensibilizar a Câmara dos Deputados e o Senado. Sabemos que, lá, muitos parlamentares estavam com projetos eleitoreiros; sabíamos que existiam parlamentares da Câmara dos Deputados que almejavam ser Governadores, quer do Rio Grande do Norte, Paraíba ou Pernambuco, e aquele projeto era mais um projeto eleitoreiro. V. Exa. chamou muito bem: "malfadado projeto de transposição do São Francisco".

Em primeiro lugar, precisamos revitalizar o rio. Neste momento em que o aparteio, quero homenagear o Projeto Manuelzão, comandado pelo brilhante, competente e idealista Prof. Apolo Heringer Lisboa, que tem feito um trabalho espetacular de conscientização da população ribeirinha do rio das Velhas, com vistas a sua recuperação. O rio das Velhas é, na verdade, o esgoto de Belo Horizonte, e esperamos que deixe de sê-lo brevemente, porque no dia 17, amanhã, o Governo do Estado estará inaugurando uma estação de tratamento de esgotos. Temos a certeza de que, a partir daí, teremos a revitalização do rio São Francisco, tratando-se o esgoto de nossa Capital, como também revitalizando a nascente do São Francisco, que fica perdida num ermo, num descampado do cerrado, sem proteção de matas ao seu redor. É disso que precisamos.

A palavra de V. Exa. é sempre oportuna, porque representa o parlamentar que defende as barrancas e, na verdade, o cerne do rio São Francisco. Obrigado.

O Deputado Wanderley Ávila - Agradeço a V. Exa., Deputado Marco Régis.

A Deputada Maria Olívia (em aparte) - Sou barranqueira da nascente do São Francisco e estou aqui apenas para registrar a iniciativa louvável de V. Exa. na criação da medalha dos 500 anos do rio São Francisco. Foi muito feliz, e sabemos que V. Exa. é o maior lutador em prol do nosso rio, que nasce perto de minha cidade, percorre minha região e nasce com muita simplicidade e humildade. Quando visitamos as nascentes, ficamos muito tristes, mas agora as autoridades estão reconhecendo que o coração do rio São Francisco nasce na serra da Canastra e, no dia em que parar, o rio morre. Parabéns a V. Exa. pela iniciativa e pela luta que temos tido, junto à CIPE - São Francisco. Muito obrigada.

O Deputado Gil Pereira (em aparte)* - Quero também dar meu testemunho de sua luta, Deputado Wanderley Ávila, em defesa do rio São Francisco. Desde que V. Exa. chegou aqui, em 1991, sua luta tem sido a defesa desse rio de integração nacional. Parabênz-o pela iniciativa da medalha. Lá estivemos na semana retrasada, para a entrega dessa medalha ao Governador, ao Presidente do Tribunal de Justiça e a outras pessoas que engrandecem e têm compromisso com o rio São Francisco.

O trabalho de V. Exa., tenho certeza, dentro de poucos anos dará resultados, com a revitalização do São Francisco, um rio forte e de integração nacional. Quero parabenizar não somente Pirapora, mas todos os municípios que compõem aquela bacia que V. Exa. representa. Muito obrigado.

O Deputado Wanderley Ávila - Agradecemos, Deputado Gil Pereira. Já tivemos oportunidade de dizer que, bem junto da nossa querida Maria Olívia, o rio São Francisco nasce. Ainda bebê, toma o primeiro tombo da sua vida, que é a queda na cachoeira Casca d'Anta. Mesmo assim, rompe firme e chega a nossas veredas, alcançando os seus objetivos. Aí vem o seu ensinamento, como disse um poeta de minha Pirapora: o rio São Francisco alcança os seus objetivos porque consegue contornar os obstáculos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Arlen Santiago* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas Maria Olívia e Maria José Haueisen, telespectadores da TV Assembléia, senhoras e senhores, estamos aqui para lembrar uma data muito importante para a região da serra Geral de Minas, que começa em Capitão Enéias e vai até à divisa da Bahia, à nossa querida Espinosa. Ontem, completou um ano a diocese da região, com sede em Janaúba. Era um sonho que a população soube acalentar. Por meio do meu grande amigo Hildon, há um ano foi instalada a diocese. E o Norte de Minas teve a alegria de receber como Bispo o nosso companheiro D. Mauro.

D. Mauro é um jovem que, quando chegou a Janaúba, procurou conhecer os graves problemas da região, que tem as cinco cidades com o pior índice de desenvolvimento infantil de Minas Gerais e do Brasil. Viu a quantidade e a qualidade desses problemas, interessando-se, imediatamente, pelas coisas do espírito e da terra. Viu crianças passando fome e viúvas de maridos vivos, que foram para São Paulo. D. Mauro logo arregaçou as mangas. Procurou estar em todos os "fronts" de luta.

Estivemos juntos na cidade de Catuti, quando fomos entregar, juntamente com o Deputado Márcio Reinaldo, uma unidade móvel de saúde. Estava lá para aplaudir, cobrar e ajudar, com o bom trabalho da igreja, a fiscalização do bom uso do dinheiro público. Estive também com D. Mauro numa reunião em que o Deputado Dimas Rodrigues solicitou atenção para a segurança pública de Janaúba. Além da segurança pública, vários outros temas foram discutidos, como o menor infrator e a intranquilidade da população.

Não poderia deixar de lembrar esse primeiro ano da instalação da diocese de Janaúba e a microrregião da serra Geral de Minas, porque vários são os embates.

Vemos a alegria da diocese quando foi entregue unidade móvel de saúde em Catuti. Ou quando conseguimos, através de trabalho junto à COPASA, fazer com que Pai Pedro, cidade que tem o pior índice de desenvolvimento infantil, conseguisse melhorar a qualidade e a palatabilidade da sua água.

Apresentamos para D. Mauro vários projetos que queremos desenvolver. Um é a ida do Secretário Bias Fortes à região, para, numa cidade pequena, ver o problema do baixo índice de desenvolvimento infantil. Através do esporte, conseguiremos incluir essas crianças, que já têm sido incluídas com o bom trabalho que os Prefeitos da região têm desenvolvido nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento.

Estaremos, em breve, em Mamonas para inaugurar barragem feita no ano passado pela COPASA. Agora mesmo, o DNOCS estará licitando o aumento da barragem de Catuti. Há 30 dias, a COPASA iniciou licitação para que possamos construir a barragem de Viamão, em Mato Verde, que vai fazer com que a cidade tenha água de boa qualidade e com tranquilidade. Também a nossa querida Catuti terá o mesmo tratamento. Eletrificação rural e atendimento às necessidades da população, embora de pequena monta, tem acontecido.

D. Mauro, pode ter certeza de que a sua diocese, instalada há um ano, contribuiu bastante para esse desenvolvimento material. Com relação ao lado espiritual, nem se fala, porque o trabalho tem sido gigantesco e maravilhoso. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Maria José Hauelsen, público presente e telespectador da TV Assembléia, o livro "Os Bestializados", do Prof. José Murilo Carvalho, traz relato do propagandista da República Aristides Lobo, que manifestava o seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamada a República. O povo, dizia Aristides Lobo, assistiu bestializado à proclamação da República. O povo, que, pelo ideário republicano, deveria ser protagonista, esteve fora de todos os acontecimentos, tendo assistido a tudo bestializado, sem compreender o que acontecia. Não sabia, na verdade, se o povo estaria vendo uma parada militar.

Mais de um século se passou, e as circunstâncias continuam as mesmas. Neste fim de semana prolongado, em Belo Horizonte, o povo, que deveria ser protagonista das ações públicas, não teve atendimento nos postos de saúde da Prefeitura de Belo Horizonte. Em Venda Nova, um pai desesperado em busca de atendimento para sua criança foi agredido por um segurança daquele posto de saúde. Aquele homem voltou para sua casa humilhado, machucado e com sua filha doente sem atendimento. A solução encontrada pela Prefeitura foi o afastamento do segurança. Essa foi a decisão da Prefeitura em relação a essa situação da maior gravidade, porque Belo Horizonte acompanhou, por quase 60 dias, uma greve de médicos. Quando a Prefeitura anuncia a volta dos médicos, o atendimento não se dá nos postos de saúde. É surpreendente a negligência e o descaso da Prefeitura com a saúde. Além de marginalizar a população nas ações curativas, também "pisa na bola" nas ações preventivas.

Ontem, como um dos milhares de freqüentadores das pistas de caminhada de Belo Horizonte, caminhada essa tão importante, preventivamente, para a saúde do cidadão, cheguei à pista que não existe mais. A Prefeitura acabou com a pista de caminhada da Av. Bandeirantes. Cheguei para a caminhada, junto com milhares de outros que querem cuidar da saúde - já que estudos recentes, especialmente do Dr. James Hip, americano que pesquisou 3 mil homens de 45 anos de idade, de vida sedentária, que não fazem caminhada, e 3 mil homens de 65 anos que regularmente fazem suas caminhadas, concluindo que os homens de 65 anos têm melhores condições físicas que os de 45 anos -, e a pista não existia mais. Ontem, bestializados, verificamos a situação de uma pista em que caminhávamos antes. Qual é a alternativa dada pela Prefeitura? Caminhar entre os automóveis, driblando os carros, sem informação. O que temos é uma faixa convocando os bestializados para uma reunião na associação, para se comunicar o que a Prefeitura decidiu em relação à saúde do belo-horizontino.

O Deputado Miguel Martini (em aparte)* - Deputado João Leite, estou acompanhando o pronunciamento de V. Exa., que foi muito feliz ao fazer as citações e dizer da maneira perplexa como a sociedade está vendo cair a máscara da Prefeitura de Belo Horizonte. Acredito até que aqueles que estão me vendo na televisão entenderão que, quando o Prefeito coloca sua mão na frente do seu rosto, colocando o rosto de lado, sugerindo candura, humildade, pureza, agora não consegue mais enganar o povo. A televisão mostrou o mesmo que antes defendia os médicos sem querer dialogar mais. Aquele que fez um discurso dizendo que ia trazer o metrô da Pampulha para Belo Horizonte não consegue resolver nem o problema de uma pista de caminhada que existia no Bairro Sion.

Estamos vendo que aquele que era o Dr. Beagá não consegue dar o mínimo de saúde para a população de Belo Horizonte. A máscara está caindo. Dizem que ninguém engana a todos sempre, apenas por um tempo. Já faz oito anos que estão enganando aquele povo. Só que o povo começa a perceber que, enquanto puderam enganar, enganaram. Em Belo Horizonte, temos obras nos canteiros. Há mais de dez anos que não há uma grande obra de interesse da sociedade de Belo Horizonte. A obra que existe na Pampulha foi feita através daquela licitação fraudulenta que beneficiou a Andrade Gutierrez. As grandes empreiteiras estão preservadas nos seus interesses, mas a população mais pobre está sofrendo e assistindo bestializada a essas absurdas medidas contra a sociedade. Queremos saber quando esse Prefeito vai cumprir o seu programa de campanha. Até agora foram apenas máscaras, que estão caindo.

Nobre Deputado João Leite, parabéns a V. Exa., que foi escolhido pela população de Belo Horizonte para representar a Oposição, para ser o fiscal do povo, o que V. Exa. tem feito com muita competência. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Nobre Deputado Miguel Martini, agradeço o aparte de V. Exa., enriquecendo a nossa fala. Sempre tivemos aquele discurso de administração participativa. O povo de Belo Horizonte, que deveria ser protagonista, está totalmente alijado; não participa; fica sabendo depois da decisão da Prefeitura. A Prefeitura desconhece a previsão da Organização Mundial de Saúde de que cidades que hoje não estiverem investindo nas atividades preventivas enfrentarão, em 2020, epidemia de doenças cardiológicas. E não vemos essa Prefeitura fazer nada. Diz-se que daqui a quatro meses a pista será devolvida, mas o cidadão - será que podemos chamar o morador de Belo Horizonte de cidadão? - está acompanhando essas decisões sem participação. A nossa Capital está abandonada no que se refere a políticas públicas. O saneamento básico também é uma vergonha.

Acompanhei o Deputado Wanderley Ávila falando do rio São Francisco. Belo Horizonte é responsável pelo maior impacto de contaminação do rio

São Francisco, despejando 100% do esgoto sem tratamento no rio das Velhas, que é afluente daquele rio. O maior impacto ambiental no rio São Francisco é produzido pela Região Metropolitana de Belo Horizonte. E essa Prefeitura não se preocupa com quase 500 mil belo-horizontinos que não têm oferta de água e de coleta de esgoto.

E a mesma indignação quero estender ao Governo do Estado. Hoje, pela manhã, tivemos reunião conjunta de três Comissões: as do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, de Administração Pública e de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia. O assunto tratado foi o retorno ao trabalho dos servidores públicos afastados preliminarmente para aposentadoria, e, para a reunião, foram convidados dois Secretários de Estado, o Dr. Mauro Santos Ferreira, de Recursos Humanos e Administração, e o Dr. Murílio Hingel, da Educação. Entretanto, nenhum dos dois compareceu nem mandou seus Adjuntos, Chefes de Gabinete ou Diretores, sendo representados por técnicos. O mesmo aconteceu com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Dr. José Ferraz da Silva, que enviou dois técnicos. A despeito das informações relevantes desses assessores, a sua representatividade, sem autonomia para decisões, evidencia-nos a preocupação e interesse do Governo do Estado com relação à situação de milhares de servidores públicos, hoje aposentados - às vezes, há mais de quatro anos -, que estão sendo obrigados a retornar à regência nas salas de aula.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, é lamentável o fato de o Poder Legislativo não ter, por parte do Executivo, a menor atenção nos convites feitos aos responsáveis pelas Pastas do Estado. Foi interessante o grande número de técnicos representando os Secretários, para discutir com os Deputados, na reunião conjunta de três Comissões desta Casa, hoje, pela manhã. É triste que a Assembléia Legislativa seja desconhecida dessa maneira pelo Executivo.

Sr. Presidente, protesto e aguardo, por parte dessa Mesa, decisão em relação às reuniões das comissões. Não aceitamos mais, por mais que respeitemos os técnicos, que cumprem seu trabalho no Estado, a abertura das reuniões de comissões sem a presença dos responsáveis pelas Pastas do Estado. A Mesa desta Casa tem que tomar atitude com relação ao descaso com que a Assembléia tem sido tratada pelo Governo do Estado, pois os Secretários de Estado sequer comunicam sua ausência.

Não podemos mais ficar quatro horas em uma reunião, discutindo com técnicos que não têm o direito de tomar decisões, trazem apenas informações técnicas, não podem tomar decisões políticas. O Poder Executivo tem desconhecido a Assembléia e, depois, a toque de caixa, quer que os Deputados aprovem anistia aos que não pagaram os impostos. Não aceitamos mais a situação e exigimos, por parte da Mesa, atitude quanto à presença dos Secretários. Entenderemos a presença dos Secretários Adjuntos, por motivo de força maior, mas não queremos mais discutir com técnicos, sem haver nenhuma decisão. Protesto, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado José Milton - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa presente e telespectadores da TV Assembléia, a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais aprovou, há poucos minutos, em reunião extraordinária, o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 498/99, de autoria da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembléia Legislativa, que dispõe sobre as políticas florestal, de proteção à biodiversidade e de uso alternativo do solo do Estado de Minas Gerais. O parecer foi aprovado incluindo a redação do vencido no 1º turno e mais 18 emendas.

Entre elas, podemos citar a Emenda nº 13, que determina seja assegurada aos pequenos produtores rurais, por meio dos órgãos técnicos estaduais, nos termos do art. 248 da Constituição Estadual, a gratuidade da assistência técnica, especialmente para a elaboração dos planos de manejo florestal previstos no projeto. A importância dessa emenda é a garantia ao pequeno produtor, àquele que possui propriedades de até 30ha, que vive em dificuldades e que não tem a renda necessária para sustentar a sua família e a sua atividade. Para esse cidadão, o plano de manejo gratuito assegurado por esse projeto de lei, seguramente, trará enormes vantagens, assim como trará vantagens ambientais para o nosso Estado. Sabemos que um plano de manejo, executado por um técnico, ou seja, por um engenheiro habilitado, com capacidade e com conhecimento técnico, não custa menos que R\$2.000,00. Se o cidadão possui R\$2.000,00 para elaborar e para pagar um plano de manejo, com certeza, a sua situação financeira é adequada e, talvez, não necessite de abrir mão de uma reserva que tenha para produzir o carvão e para obter os recursos para um pequeno projeto e para o seu próprio sustento.

Portanto, parabeno todos os integrantes da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial pela apresentação desse importante projeto, que foi plenamente debatido na Assembléia Legislativa, particularmente na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Hoje, pela manhã, tivemos reuniões com os representantes de diversas entidades não governamentais do nosso Estado, com a Associação dos Empregados do IEF, com a AMDA e com diversas entidades, democrática e transparentemente. Estivemos totalmente abertos ao entendimento, buscando um consenso para a aprovação do Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 498/99.

Minas Gerais está ganhando, saindo, mais uma vez, à frente, enquanto na Câmara Federal debatem sobre a lei florestal do nosso País. A Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais contribui aprovando o parecer para o 2º turno desse importante projeto de lei. Como Deputado, apoiarei todas as iniciativas e as conquistas, por meio da forma já aprovada no 1º turno e das emendas agora apresentadas, a fim de que esse projeto permaneça da forma mais original possível. Todos os Deputados desta Casa estão preocupados com o meio ambiente. Os colegas que me antecederam falaram sobre as preocupações com a preservação do rio São Francisco. O Projeto de Lei nº 498, que dispõe sobre as políticas florestal, de proteção à biodiversidade e de uso alternativo do solo do Estado, vem ao encontro das preocupações do povo mineiro com a preservação do meio ambiente.

Sr. Presidente, para encerrar, farei uma homenagem pessoal. Tenho a certeza de que todos os Deputados fariam esta homenagem ao ex-Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Raul Belém, falecido nesta última semana. Estive com ele na última terça-feira, em uma audiência com o Prefeito de Carandaí, resolvendo as questões do interesse do Município de Carandaí, juntamente com lideranças de cooperativas e de sindicatos rurais desse município.

Infelizmente, quatro ou cinco dias depois, o nosso Secretário Raul Belém faleceu, deixando um grande vazio político no nosso Estado. O ex-Secretário foi Deputado nesta Casa, onde começou sua brilhante carreira política. Teve os seus direitos políticos cassados e foi Deputado Federal por diversas legislaturas. Sempre ligado ao setor da agropecuária, da política rural - porque também era produtor rural e conhecia como poucos a política do nosso Estado e a política agropecuária brasileira -, com certeza fez o que pode para melhorar a agricultura e a pecuária no nosso Estado. Infelizmente, isso não é prioridade de nenhum governo, hoje, no nosso País. Refiro-me ao Governo Federal, mas faço também uma crítica ao nosso Governo, que não prioriza ações concretas em favor da política agropecuária no Estado. Tivesse o ex-Secretário Raul Belém apoio suficiente para desenvolver uma política voltada para o fortalecimento da agropecuária mineira, seguramente teria, pela sua competência, pelo seu conhecimento do setor, dado grande contribuição para a política agropecuária mineira.

Fruto desse descaso com a agropecuária brasileira, e particularmente com a mineira, está aí, sendo realizada pela Assembléia Legislativa, a CPI do Leite. Não temos dúvida de que esse importante segmento de produção está estrangulado por um cartel absurdo, que comprime cada vez mais os preços, a despeito do custo final da produção do leite, trazendo danos e dificuldades de sobrevivência para um grande setor que emprega e gera riqueza para o nosso País.

Brevemente estarei trazendo informações, inclusive entrando com requerimento na Comissão de Agropecuária desta Casa, para trazer à discussão também outro importante segmento do setor produtivo rural, que é a suinocultura. Da mesma maneira que o produtor de leite hoje

sofre com os abusos absurdos praticados pelo cartel do leite, também o produtor do suíno vem sofrendo de forma bastante significativa e ingrata com os preços conseguidos para o seu produto. Cada vez mais ele compra os produtos de que precisa para manter o seu negócio por um preço cada vez maior e consegue um preço cada vez menor no mercado, em função do cartel dos compradores de carcaça de suínos.

A suinocultura da região do vale do Paraopeba, do Piranga e do Alto Paraopeba, que começa no Município de Catas Altas da Noruega e vai até Ponte Nova, incluindo inúmeros municípios, hoje é responsável por um grande percentual da produção mineira e vive sufocada pela dificuldade de sobrevivência, principalmente pelas condições que lhe impõe o cartel que manipula o mercado suíno no nosso Estado. Portanto, não é apenas o produtor de leite que sofre as consequências da atuação maléfica que, infelizmente, cada vez mais, sacrifica o produtor nacional. E, nesse caso, o produtor mineiro não fica atrás, porque vive o grave problema da concorrência, da falta de preço e de oportunidade de lucro para a sua propriedade, para o seu negócio, que fica inteiramente inviabilizado.

Portanto, manifesto a minha solidariedade com os produtores de leite, que terão uma resposta à altura, através dessa CPI instalada na Assembléia Legislativa, e aos produtores de suínos do nosso Estado. Traremos aqui informações importantes, que, com certeza, deixarão os Deputados alarmados com a situação que hoje vivemos na suinocultura mineira.

Como fui produtor durante muito tempo no Município de Catas Altas da Noruega, conheço, além da suinocultura, diversas atividades agrícolas. Sofri na própria pele e no bolso as consequências da falta de uma política voltada para a produção agrícola.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Assembléia Legislativa mais uma vez contribui com a discussão, com o debate, com os assuntos de interesse do povo mineiro. A Comissão de Meio Ambiente, representada por este Deputado - relator do Projeto de Lei nº 498 - e pelos Deputados Miguel Martini, Maria José Haueisen, Fábio Avelar e Antônio Andrade, deu uma contribuição positiva, aprovando o Parecer, para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 498/99, que brevemente estará em votação neste Plenário. Muito obrigado.

O Deputado Pinduca Ferreira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, galerias, venho a esta tribuna não sei se para repudiar a situação ou se para cobrar do Secretário da Segurança Pública providências para o que está acontecendo nos postos policiais de Betim. No meu bairro, existe um posto que não tem escrivão, não tem viatura, não tem computador, enfim, não tem nada. Ontem, iria ser fechado, mas corri atrás do Prefeito e liguei para o Delegado titular de Betim. Fui informado de que o posto iria ser fechado por falta de condições de trabalho.

É uma vergonha que o Secretário da Segurança Pública, responsável pela segurança de oitocentas e tantas cidades de Minas, deixe que um posto policial seja fechado, justamente em Betim, que está em 1º lugar em criminalidade, ou seja, assaltos à mão armada, assaltos em supermercados, etc. Há dias, ao fiscalizar uma obra que estava sendo feita pela Prefeitura, fiquei assustado ao ver um Detetive correndo atrás de um vagabundo. Ao mesmo tempo, o Delegado, em seu carro, tentava cercá-lo. Isso é uma vergonha, Secretário. Se não tem condições de ocupar o seu cargo, deixe o lugar para outro. Desse jeito não podemos continuar. Betim é a pior cidade do Brasil: são seqüestros, assaltos à mão armada e outros crimes. E S. Exa. ainda deixa que um posto policial seja fechado? Isso é falta de competência. Quando S. Exa. deixa de colocar uma viatura num posto policial em um bairro de Betim, onde os crimes não marcam dia nem hora para acontecer, viaturas estão paradas na Secretaria, à sua disposição, para andar sem necessidade. Como disse, não sei se estou repudiando ou cobrando, porque já enviei vários ofícios, mas não obtive resposta. Então, Secretário, fique esperto. O povo de Minas Gerais está precisando de maior assistência nos postos policiais, porque os Delegados não conseguem fazer um bom trabalho sem ter a estrutura necessária.

Neste momento, vou dirigir-me ao Cel. Álvaro Antônio Nicolau. Tenho dois gabinetes em Betim que funcionam, há nove anos, durante 24 horas.

Meu motorista foi buscar uma senhora que teria uma criança, mas a ambulância foi quebrada. Sr. Coronel, ango do dia não enche barriga. Não adianta colocar viatura no supermercado, mas, amanhã, não ter a viatura naquele bairro.

Na Gameleira, por exemplo, se formos fazer visita àquele quartel, veremos mais de 500 policiais, mais de 200 viaturas paradas. Então, precisamos levar esses homens para as ruas, porque o povo mineiro está precisando de segurança. Policiais e viaturas servem para atender à população.

Portanto, isso que ocorreu perto da minha casa é uma vergonha, Sr. Coronel. Não estou repudiando, mas cobrando segurança em Betim, que está uma vergonha. Não vou culpar a polícia dessa cidade, mas ao Coronel, por não enviar mais policiais e viaturas para lá.

Parabenizo o Prefeito de Betim. No próximo sábado, vai ser lançada a Patrulha Escolar, um programa com viaturas pintadas que estarão, durante o período escolar, das 7 horas da manhã até às 10h30min da noite, nas portas dos colégios, dando cobertura para que os estudantes tenham maior segurança. Isso vai acabar com a situação de drogas nas escolas, porque, hoje, o mais difícil é falar que não há drogas num determinado colégio. O Prefeito de Betim está de parabéns e preocupado com a segurança do povo.

Outro ponto: tínhamos um compromisso de campanha para melhorar a segurança do povo de Betim. O Carlaile, Prefeito de Betim, já está fazendo estágios nos fins de semana nos bairros. A Guarda Municipal foi criada em parceria com a Polícia Militar. Se Deus quiser, em novembro estará nas ruas para trabalhar.

Cel. Álvaro Antônio, tenha dó do povo de Betim: envie mais viaturas e policiais para lá. Sr. Secretário Márcio Barroso Domingos, se não tem competência para ficar em seu cargo, deixe que outro ocupe seu lugar. Desculpe-me, mas não mando recados, não tenho rabo preso. Apóio o Governo Itamar e Newton Cardoso, mas não é por isso que vou deixar de cobrar uma pessoa competente para estar na Secretaria da Segurança Pública, muito importante para o povo mineiro.

Para encerrar, gostaria de dizer que estão ocorrendo vários acidentes, causando até mortes, na BR-262, de Betim a Pará de Minas. Aquela rodovia já não aceita recapagem. Tem que desmanchar o asfalto e fazer outro. Se Minas não tem dinheiro, o Brasil tem que gastar com seu povo. Não adianta falar bonito, o importante é fazer. Um peão, como eu, para chegar aonde cheguei, tem que fazer um bom trabalho social. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, há cerca de dois meses fizemos denúncia na Comissão de Saúde de que no Norte do Estado, especificamente na cidade de Verdelândia, estariam acontecendo casos agudos de doença de Chagas. Reunimos o Prefeito dessa cidade, Dr. José de Souza Gomes; a Secretária de Saúde do município e representantes da Fundação Nacional de Saúde e da Secretaria da Saúde. Na ocasião, trouxemos dois litros de barbeiros - é verdade - e entregamos à Secretaria da Saúde para fazer análise. Nossa denúncia foi até certo ponto ridicularizada, porque Minas estaria recebendo um prêmio da ONU pela erradicação da doença de Chagas e do barbeiro.

Foi feito o desafio. Solicitamos que se fizesse análise do sangue de toda a população da cidade de Verdelândia para constatar se existia ou não alto índice de contaminação pela doença de Chagas. Hoje, saíram os primeiros resultados. Foram examinadas 873 pessoas da zona rural, 10% da população, e ficou constatado que 209 destas estavam contaminadas, já teriam contraído a doença de Chagas. Um percentual de 25% da

população do Município de Verdelândia examinada até ontem tem a doença de Chagas, e, dessas 209 pessoas examinadas, mais da metade possui idade inferior a 40 anos, inclusive crianças de 4, 6 e 10 anos.

Agora, quero saber como fica essa situação, como fica o título que Minas ganhou por ter erradicado o barbeiro e a doença de Chagas. Será que teremos que devolver esse prêmio para a ONU e cair na realidade, colocar o pé na estrada e partir para análise criteriosa, científica, detalhada e verdadeira da atual situação da doença de Chagas em nosso Estado? Tenho certeza de que, no resultado final de Verdelândia, devem oscilar entre 15% e 25% os casos agudos, comprovadamente agudos, de crianças que estão com essa doença. Na ocasião, o Prefeito disse, na sua simplicidade, que toda semana morre um jovem atleta jogando futebol, devido à fase aguda da doença de Chagas. E, quando estava dizendo tudo isso, veio a contestação da Secretaria da Saúde, dizendo que esse dado não é verdadeiro, que podem estar acontecendo outras mortes, mas aqui está a prova definitiva e final.

Aliás, esse fato retrata bem o que está acontecendo com a saúde pública do Norte do nosso Estado, onde 52 municípios não possuem sequer um posto de saúde - 52, de um total de 85, não têm sequer um posto de saúde. Está aí o Dr. José Braga, que é médico, é da região e pode confirmar o que estamos dizendo. Muitos municípios possuem apenas a ambulância para transportar seus doentes. É tirar o doente, que está morrendo, do município e mandar para cidade vizinha. É necessário, dentro de uma consciência objetiva, verdadeira e cristã, que possamos começar a encarar a questão da desigualdade no tratamento das diversas regiões do nosso Estado. Agora mesmo estamos tentando implantar um centro regional de saúde na cidade de Janaúria. O único que existe na região, na cidade de Montes Claros, atende a mais de 120 municípios, numa área maior que o Estado de Alagoas, superior ao Sul de Minas.

Há tempos, estamos tentando dar força ao Sr. Secretário, pessoa consciente, que pretende instalar o centro regional de Janaúria, para ter melhor controle das doenças infecto-contagiosas. Vemos o pânico mundial com a distribuição por carta da bactéria do antraz. A região norte-mineira é maior que vários Estados e não tem controle. É necessário que as autoridades sanitárias do País tenham, pelo menos, a humildade de reconhecer que estão impotentes e que a situação é séria.

É preciso que os Prefeitos, o Governo Estadual e o Federal se sentem a uma mesa e comecem a discutir, verdadeiramente, o plano de assistência e atendimento à saúde pública. Naquela ocasião, mostramos, por meio de vídeo, que 90% das casas da zona rural do município de Verdelândia são de pau-a-pique, rebocadas grosseiramente com adobe, local propício para proliferação de barbeiros. Diziam que os barbeiros que ali existem são fitófagos, que sugam apenas a seiva das plantas e se alimentam do sangue de animais silvícolas. Com a devastação, a derrubada das árvores e o extermínio dos animais selvagens, esses barbeiros estão invadindo as casas e se alimentando do sangue humano. Isso era desconhecido, é um fato inédito para as autoridades sanitárias. Esses barbeiros estão contaminando a população da cidade. Mostramos isso por meio de vídeo, mostramos a captura dos barbeiros dentro das casas. É necessário que analisemos a situação dentro da realidade em que vivemos.

Temos oportunidade de discutir o orçamento do Estado. Já não é possível aceitar a distribuição igualitária do orçamento. É necessário que se dê às regiões menos favorecidas um tratamento desigual. Isso é fundamental, é promover a justiça e a equidade. E ainda teimam em contestar o óbvio e colocar peneira na frente da verdade, querendo tapá-la. Mas aqui está a verdade. Vamos, por meio desses dados, solicitar que se faça levantamento sorológico de todos os municípios que eram conhecidos como endêmicos da doença de Chagas. É necessário que se façam exames nas cidades vizinhas à Verdelândia, em Janaúba, em Varzelândia, em Matias Cardoso e Jaíba e em outras cidades, como Botumirim e Itacambira, que foram responsáveis ou viram impotentes a morte de milhares e milhares de pessoas pelo mal de Chagas. Essa é apenas uma das faces do problema.

Vamos convocar esta Casa, principalmente os médicos e a bancada da minha região, para discussão mais elevada, detalhada e objetiva da verdadeira situação da saúde pública em nossa região. O Governo tem de acabar com aquele discurso de que Minas já não precisa de leito hospitalar. Não precisa no Sul, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no Triângulo, porque nessas regiões existe fartura de leitos hospitalares. Mas, do paralelo 18 para cima, existe uma defasagem muito grande. Estamos bem inferiores ao preconizado pela OMS.

É necessário que haja programação específica. Não quero vir aqui, meu Deus, relatar mortes de crianças pela doença de Chagas. Isso envergonha a política pública social do Estado, vai contra o que se preconiza por aí e afronta, de forma bastante objetiva e dura, esse título que Minas recebeu pela Organização Mundial de Saúde de ter erradicado o barbeiro e acabado com a doença de Chagas.

Quanta mentira, demagogia e injustiça que se faz contra essa região e contra a população de Verdelândia! Nos próximos anos, deverão morrer dezenas de crianças e jovens, porque infelizmente a doença de Chagas não tem cura. Tem cura na fase aguda quando é diagnosticado e quando as autoridades voltam suas vistas para a região e se tratam de forma precoce as pessoas picadas pelo barbeiro. Mas, passado algum tempo, essas crianças vão morrer e continuar a ser essa face escura da sociedade abandonada pelas autoridades.

Então, deve-se recolher esse título que a OMS deu a Minas Gerais. Política pública do Estado, pé no chão e mãos à obra, porque a doença de Chagas é uma realidade no Norte de Minas! Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente e colegas Deputados, está tramitando na Assembléia Legislativa, mais uma vez, um projeto de lei, agora em forma de substitutivo apresentado pelo nosso Presidente Deputado Antônio Júlio, que propõe anistia fiscal aos contribuintes. Seria, portanto, nesta legislatura, no Governo do Sr. Itamar Franco, a segunda anistia fiscal aprovada pela Assembléia Legislativa e aplicada pelo Governador.

Ou seja, em três anos de Governo, duas anistias fiscais. Esse é um assunto que merece análise mais detalhada sobre o fato de ser justo ou não que se conceda novamente anistia fiscal. Esse debate, no mínimo, obriga a escutar quais são as razões do apoio do Governo a esse substitutivo. É, portanto, necessário que escutemos aqui, na Assembléia Legislativa, no mínimo, o Secretário da Fazenda, Dr. Trófia Reis, para que ele possa explicar qual a necessidade do Estado, quanto espera arrecadar, qual o número de empresas que espera atingir, por que essa anistia se dá novamente em um período tão curto, qual foi o balanço da anistia passada, se o Governo de fato conseguiu atingir a meta que pretendia, lembrando que o discurso era sempre de que seria a última anistia. Aliás, toda anistia vem acompanhada desse mesmo discurso, mas sempre acontecendo em espaço de tempo cada vez menor.

Hoje a imprensa divulga que o Vice-Governador Newton Cardoso diz que há necessidade da anistia pelo fato de o Estado ter que fazer a quitação do 13º salário. O mesmo motivo foi alegado da outra vez. Pois bem, independentemente de posição que ainda vamos discutir na Bancada do PT e com os colegas das outras bancadas, uma posição mais firme, favorável ou contra o projeto, certamente alguns pontos suscitam discussões, e emendas se fazem necessárias. Se a anistia está vindo, é porque há problemas para quitar o 13º salário. Há que se ter, portanto, garantia de que o resultado do que for arrecadado será para quitar o 13º salário do funcionalismo. O substitutivo não fala disso, não dá garantia de que o dinheiro será utilizado de fato para isso. Esse é um ponto que precisamos acrescentar no substitutivo. Se vamos aprová-lo, tem que ficar claramente vinculado ao pagamento do 13º, que seria o motivo da existência da nova anistia.

Além dessa emenda, fiquei abismado com o art. 6º do substitutivo apresentado pelo Presidente, que vai detalhar qual o percentual da anistia, do ponto de vista de juros e de multa e em quantas parcelas. Essa anistia vai de 90% a 20%, que é de multa e de juros. Varia de 6 parcelas (no caso dos 90%), até 120 parcelas, ou seja: 10 anos para quem quiser fazer um abatimento de 20% dos juros e da multa. Então, na verdade, há uma tabela que pode chegar a 10 anos para que o contribuinte parcele sua dívida, tendo um desconto de 20%. Dez anos é muito

tempo. O prazo de parcelamento vai se estender por dois Governos e meio. Acho que precisa ser encurtado. Um prazo razoável, já que isso se faz necessário para o pagamento de 13º e para resolver o problema do Governo, deveria se limitar ao período do Governo, portanto, 12 meses.

Esse é outro ponto que precisa ser aprofundado. Há, ainda, duas questões relativas a modificações que acho pertinentes nesse substitutivo. Uma é que o contribuinte já parcela a sua dívida. Se deixar de contribuir com o pagamento do ICMS, a partir de então deve perder a condição e os benefícios dessa lei; caso contrário, ficaria esperando a anistia, quando poderá parar de pagar a dívida e, depois, esperar nova anistia. Temos que impedir que isso ocorra. Não podemos incentivar que o contribuinte não pague o ICMS. Muitos dos contribuintes já foram beneficiados pela lei anterior. Também é necessário fazer uma discussão para ver se têm direito ou não a mais esse benefício.

Então, essas são algumas das questões que precisam ser discutidas. E julgo necessário que aproveemos requerimento para ouvirmos as argumentações e expectativas da Secretaria da Fazenda e do Secretário quanto à aplicação dessa anistia fiscal.

Uma última questão que gostaria de tratar é que, sempre que esses projetos vêm à baila, acontece a reclamação de que aquele que paga em dia jamais tem benefício algum. Assim, o contribuinte prefere esperar a anistia. Com isso, o mau pagador acaba sendo beneficiado, enquanto o bom pagador tem apenas o rigor da lei e de nada se beneficia. Pretendo apresentar emenda em que o Executivo fica autorizado a reduzir a carga tributária em até 12% para os contribuintes que não tiverem tido atuação nos quatro anos antecedentes a esse benefício. Ou seja, aqueles que não precisarem de anistia, que comprovem estar em dia com o ICMS, que sejam premiados, podendo ter sua alíquota reduzida. Esse assunto é delicado, e não é possível que a falta de planejamento seja tamanha, que sempre se procurem brechas para correr atrás de um prejuízo e de uma necessidade urgente, que não são coisas novas, são questões que o próprio Governo já deveria ter em mente. Todos os anos o 13º salário tem que ser pago, então, o Governo já deveria ter isso planejado para não precisar buscar alternativas que são prejudiciais ao erário. Ou o Governo faz isso, ou faz como o Governador Eduardo Azeredo, que simplesmente deixou de pagar o 13º salário. Gostaria que esta discussão pudesse ser mais ampla e que não tivéssemos que aceitar a pressão do Vice-Governador do Estado, dizendo "que os Deputados aprovam da forma como quer ou simplesmente não vai pagar o 13º", como se a Assembléia Legislativa fosse culpada pela falta de planejamento do Governo do Estado. Devemos remeter isso ao Governo, que deveria ter feito esse planejamento e não vir com soluções que nos obriguem a aprovar leis rápido, sem maior discussão, por via de substitutivo do Presidente da Assembléia Legislativa.

Então, Sr. Presidente, essa é minha primeira reclamação, pois esse assunto precisa ser discutido. O Secretário da Fazenda tem de vir à Assembléia Legislativa, esclarecer o assunto, colocando suas expectativas, fazendo o balanço da última anistia feita e mostrando por que ela não trouxe solução e dar um quadro da situação financeira do Estado.

Já aponto, portanto, essas emendas. Pretendemos discuti-las na Bancada do PT e também, amanhã, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e o relator do projeto, Deputado Rêmoló Aloise, certamente ficará satisfeito com a realização efetiva dessa discussão. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 17/10/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 2.112, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando Valdeni Santana Ferreira do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Wladimir Rodrigues Dias para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, assinou os seguintes atos assegurando, a partir de 14/6/2001, data da publicação da Emenda à Constituição Estadual nº 49, a efetivação, os direitos, as vantagens e as concessões inerentes aos cargos efetivos, excluída a estabilidade, em cumprimento ao disposto nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, aos servidores a seguir relacionados, nos cargos discriminados:

Cargo: Agente de Execução às Atividades da Secretaria - Adalberto Marques Rodrigues, matr. 5403/8; Adão Adenir Marinho da Silva, matr. 5363/5; Ademir Faria de Souza, matr. 5461/5; Ademir Laignier Valentim, matr. 5557/3; Adi Alves Monteiro, matr. 5434/8; Adilson Alves da Silva, matr. 5673/1; Adilson de Brito, matr. 5243/4; Adilson Dias, matr. 5322/8; Adilson Gomes de Assis, matr. 5247/7; Adriana Araújo Franco, matr. 5546/8; Adriana Quintão Marçolla, matr. 5533/6; Adriana Valéria Cirino de Carvalho, matr. 5534/4; Agda Peixoto de Melo Pousas, matr. 5144/6; Alcir Rodrigues Rezende, matr. 5578/6; Aldair Gomes Ferreira de Almeida, matr. 5519/0; Alexandra Abigail Alexeeff, matr. 5178/0; Alexandra Gonçalves de Faria, matr. 5146/2; Alexandra Martins Correia, matr. 5685/5; Alfredo Martins de Oliveira, matr. 5715/0; Alvim de Araújo, matr. 5568/9; Alzéria Soares Mouras, matr. 5267/1; Amália Loyola Murta de Souza, matr. 5179/9; Ana Angélica Souza Silva, matr. 5605/7; Ana Aparecida de Oliveira, matr. 5684/7; Ana Beatriz de Oliveira, matr. 5276/0; Ana Lúcia Miranda Carvalho, matr. 5180/2; Ana Maria Soares, matr. 5148/9; Anderson Moratori Nunes Coelho, matr. 5691/0; André Luiz Carmônio, matr. 5545/0; André Luiz de Lima Alves, matr. 5460/7; Andréia Alves Moreira Pinto, matr. 5679/0; Angelica Testa Saab, matr. 5277/9; Anilson Robson da Silva, matr. 5468/2; Antero Silveira Jordão, matr. 5294/9; Antonio de Fatima da Cruz, matr. 5239/6; Antônio de Freitas Baiense, matr. 5626/0; Antônio Fernando Batista, matr. 5599/9; Antônio Moreira Bastos, matr. 5462/3; Antonio Pereira da Rocha, matr. 5290/6; Antônio Pinto da Silva, matr. 5458/5; Antônio Ribeiro, matr. 5465/8; Antônio Roberto Ferreira, matr. 5456/9; Aparecida Solange de Oliveira, matr. 5151/9; Arnaldo Francisco Gonçalves, matr. 5454/2; Augusto César Veríssimo, matr. 5278/7; Aymoré Corrêa Marra, matr. 5569/7; Beatriz Chalita de Azevedo, matr. 5552/2; Bruno Tertuliano Rizzo, matr. 5366/0; Caetano Henrique de Souza Camargos, matr. 5646/4; Carla Matilde Bona, matr. 5153/5; Carla Pinto Godoy, matr. 5152/7; Carla Prates de Azevedo Silva, matr. 5154/3; Carlos Alberto da Costa, matr. 5618/9; Carlos Antônio de Souza, matr. 5564/6; Carlos Antônio Nunes de Oliveira, matr. 5644/8; Carlos Lima de Castro, matr. 5356/2; Carlos Roberto Souto, matr. 5520/4; Carlos Roberto Zanetti, matr. 5429/1; Carlos Tito Livio Ferraz, matr. 5688/0; Carmem Lúcia Domingues Lima Teixeira, matr. 5254/0; Carmem Lúcia de Carvalho Dias, matr. 5657/0; Carolina Lúcia Pereira Carvalho, matr. 5665/0; Cássia Cristina Cintra Peluso, matr. 5155/1; Cássio Murilo de Sales, matr. 5451/8; Célio Antônio Zeferino da Silva, matr. 5428/3; Celio Jose de Melo, matr. 5449/6; Celso Alexandre Meirelles, matr. 5324/4; Celso Osmar Salustiano de Assis, matr. 5692/8; Cesar Fernandes Cotta Pacheco, matr. 5281/7; Cesarino Pereira da Silva, matr. 5543/3; Cláudia Abreu Lima Bento de Vasconcellos, matr. 5661/8; Claudia Regina de Oliveira Lemos, matr. 5158/6; Cláudio Maciel de Oliveira, matr. 5651/0; Cláudio Nery Maciel, matr. 5447/0; Cláudio Olavo dos Santos, matr. 5443/7; Cláudio Procópio Damasceno, matr. 5631/6; Clélia Márcia Zigoni Magalhães, matr. 5159/4; Cleusa Gontijo de Sousa Ribeiro, matr. 5255/8; Clóvis de Souza da Cruz, matr. 5282/5; Creusa Maria Ramos Vieira, matr. 5614/6; Danilo Sá Fortes Rezende, matr. 5441/0; Dario Moreira Ferreira, matr. 5444/5; Dayse Maria de Andrade Geovanini, matr. 5652/9; Debora Maria Veloso Cordeiro, matr. 5285/0; Decio Luiz Defeo, matr. 5286/8; Delvis Antonio de Oliveira, matr. 5342/2; Delza Caldeira Simões, matr. 5554/9; Denise Elaine Santos Silva, matr. 5700/2; Denise Imaculada Rosendo Pereira, matr. 5160/8; Dércio Ávila de Souza, matr. 5690/1; Diderot Fernandes Alves, matr. 5439/9; Dirceu José dos Santos, matr. 5452/6; Domingos Jose Dias Neto, matr. 5314/7; Eder Pacelli de Paiva, matr. 5590/5; Edilson de Souza Moreira, matr. 5609/0; Edilson José Rosetti, matr. 5539/5;

Edivaldo Cândido de Souza, matr. 5497/6; Edson Andrade, matr. 5620/0; Edson da Cruz Reis, matr. 5634/0; Edson de Araujo Filho, matr. 5571/9; Eduardo Antonio Rodrigues Silva, matr. 5426/7; Eduardo de Moura, matr. 5453/4; Edvaldo Marques dos Santos, matr. 5310/4; Edvigemar de Souza Peixoto, matr. 5288/4; Elaine Machado Martins e Salles, matr. 4592/6; Elcio Adelino da Cruz, matr. 5463/1; Elen Ribeiro Guimarães, matr. 4370/2; Eli Eustáquio Martins, matr. 5313/9; Eliana Pacelli Alves de Jesus, matr. 5256/6; Eliane de Fátima Magalhães Gomes, matr. 5658/8; Elias Ferreira da Silva, matr. 5541/7; Elisabeth Ferreira da Silva Firmino, matr. 5341/4; Elizabeth Corrêa Reis, matr. 5289/2; Elso Neves Hott, matr. 5306/6; Elson de Souza, matr. 5683/9; Erci Batista de Souza, matr. 5340/6; Eurípes Antônio Barbosa, matr. 5694/4; Eustaquio Antonio Rodrigues, matr. 5427/5; Expedito Marcolino, matr. 5512/3; Fabiano Fernandes Teixeira, matr. 5540/9; Fábio José Marchesini Fonseca, matr. 5327/9; Fátima Fernandes Silva, matr. 5240/0; Felipe Willer de Araújo Azevedo, matr. 5321/0; Fernando Radames Madureira, matr. 5682/0; Flávio Henrique Pereira, matr. 5395/3; Francisco Borja Ribeiro, matr. 5293/0; Francisco Marcos Carrato Gurgel, matr. 5483/6; Francisco Ribeiro Viana, matr. 5381/3; Frederico Luiz dos Reis, matr. 5662/6; Gégilson Raimundo Nonato, matr. 5378/3; Gélia de Fátima Leite, matr. 5165/9; Gentil Rodrigues Pacheco, matr. 5637/5; George Moreira Guilhermino, matr. 5377/5; Geraldo Alves Penido, matr. 5373/2; Geraldo Aparecido Alves, matr. 5317/1; Geraldo Garcia Filho, matr. 5368/6; Geraldo Magela de Figueiredo, matr. 5233/7; Geraldo Tadeu Ribeiro, matr. 5371/6; Geraldo Vitorino Freitas, matr. 5581/6; Gerson Teles Neves, matr. 5513/1; Getúlio Luiz Gonçalves, matr. 5668/5; Gil Flávio Naves Lima, matr. 5585/9; Gilcemar do Couto de Araújo, matr. 5645/6; Gisélia Coppoli Ramalho, matr. 5166/7; Guaraci Marques Braganca, matr. 5514/0; Hélio Dutra de Freitas, matr. 5250/7; Heloisa Savia Amaral Duarte, matr. 5257/4; Herbert Eustáquio da Silva, matr. 5370/8; Hilton de Oliveira Leite, matr. 5515/8; Hitler Faria Teixeira, matr. 5667/7; Humberto Carvalhaes Nobre, matr. 5329/5; Humberto Inácio Ferreira, matr. 5597/2; Idalina Célia Junqueira Pitt, matr. 5198/5; Ione da Costa Pereira Gama, matr. 2245/4; Iracema Vieira de Souza, matr. 5258/2; Isabel Cristina Ribeiro, matr. 5167/5; Isabela Lucindo Cortes, matr. 5168/3; Isabela Ribeiro Ramos, matr. 5338/4; Isaura Infantino dos Santos, matr. 5523/9; Ismael Hassen Adra, matr. 5482/8; Israel Camilo Martins, matr. 5676/6; Israel dos Santos Naziazeno, matr. 3139/9; Israel Pereira do Amaral, matr. 5325/2; Itamar do Carmo de Oliveira, matr. 5553/0; Itamar Rodrigues Gomes, matr. 5481/0; Ivan Batista da Silva, matr. 5593/0; Izabela Vieira Moreira Barreto, matr. 5332/5; Jacira Felipe da Silva, matr. 5522/0; Jacqueline Cobucci Fráguas, matr. 5334/1; Jacqueline Spinola Maia, matr. 5169/1; Jair Mathias, matr. 5521/2; Jairo Ferreira Rodrigues, matr. 5565/4; Jairo Nogueira Cirilo, matr. 5713/4; Janeth Rocha, matr. 5170/5; Jaqueline Alvarenga de Paula, matr. 5413/5; Jesuina Oliveira Pereira, matr. 5171/3; Joana D'arc do Nascimento, matr. 5242/6; Joana Darc Miranda, matr. 5610/3; João Batista de Almeida, matr. 5466/6; João Batista Fonseca, matr. 5457/7; João Bosco Fernandes, matr. 5455/0; Joao Martins da Cruz, matr. 5311/2; João Moreira Pacheco, matr. 5344/9; João Neves Ferreira, matr. 5328/7; João Paulo Ferreira Araujo, matr. 5336/8; Joel Soares Magalhaes, matr. 5149/7; Joelma Teixeira Mattos, matr. 5587/5; John Santos, matr. 5708/8; José Alair Vieira da Silva, matr. 5319/8; José Américo Avelino Barbosa, matr. 5695/2; José Carlos de Jesus, matr. 5479/8; Jose Colares, matr. 5383/0; José das Graças Augusto, matr. 5639/1; José de Souza, matr. 5490/9; José Dutra de Freitas, matr. 5367/8; José Estevão de Araújo, matr. 5480/1; José Feliciano da Silva, matr. 5390/2; Jose Francisco da Cruz, matr. 5309/0; Jose Francisco de Oliveira, matr. 5635/9; José Geraldo Coelho, matr. 5716/9; José Gomes, matr. 5389/9; José Jerônimo Dias, matr. 5231/0; José Joaquim de Moraes, matr. 5388/0; José Marcelo Araújo da Silva, matr. 5492/5; Jose Maria Carneiro, matr. 5709/6; José Maria da Silva, matr. 5304/0; José Modesto Sobrinho, matr. 5636/7; José Natalio da Silva, matr. 5387/2; José Pedro de Moraes, matr. 5386/4; José Pereira da Rocha, matr. 5384/8; José Pimenta Gomes de Oliveira, matr. 5542/5; Jose Raimundo da Cruz, matr. 5236/1; José Reinaldo Alves e Silva Reis, matr. 5446/1; José Rodrigues de Oliveira, matr. 5567/0; José Rosa de Paula Filho, matr. 5442/9; Josephina de Lourdes Rocha, matr. 5172/1; Josias Lopes de Oliveira, matr. 5594/8; Jualindo Gonçalves da Silva, matr. 5580/8; Juarez Gerônimo Franklin, matr. 5608/1; Júlia Arruda Picorelli, matr. 5173/0; Julia Maria Avelino Caldeira, matr. 5268/0; Juraci Alves de Almeida, matr. 5402/0; Jurandir Guimarães Damacena, matr. 5400/3; Jussara de Melo Ferreira, matr. 5174/8; Jussara Marta de Azevedo Rocha, matr. 5175/6; Juvenal Pereira de Sousa, matr. 5630/8; Kátia Adriana Barbosa da Silva, matr. 5181/0; Kátia Moreira, matr. 5235/3; Kênio Sebastião Boato, matr. 5394/5; Laécio Soares da Costa, matr. 5279/5; Leila Gandra Gomes, matr. 5176/4; Leonardo Cássio Barbosa, matr. 5477/1; Levi de Sales Filho, matr. 5697/9; Lílian Jabour Amorim de Souza, matr. 5145/4; Lincoln Alves Miranda, matr. 5476/3; Lindaura Soares Moura, matr. 5526/3; Liordino Pinheiro dos Santos, matr. 5320/1; Lourival Pereira Filho, matr. 5474/7; Lúcia Ladislau Martins de Souza, matr. 5189/6; Luciana Abrantes Pego, matr. 5693/6; Luciane Cassetti Ornellas Franklin, matr. 5269/8; Luciano dos Santos Barbosa, matr. 5248/5; Lucineia Balueira Gomes, matr. 5177/2; Luiz Braga Ribeiro, matr. 5475/5; Luiz Carlos Alvim Carreira, matr. 5473/9; Luiz Carlos Biagi Garcia, matr. 5472/0; Luiz Fernando Godoy, matr. 5579/4; Luiz Fernando Ottoni de Freitas, matr. 5398/8; Luiz Francisco da Silva, matr. 5510/7; Luiz Vieira Anzolin, matr. 5653/7; Magda de Oliveira Braga, matr. 5195/0; Manoel Fabiano Gomes, matr. 5511/5; Manoel Jose de Andrade, matr. 5422/4; Manoela Candida Fernandes, matr. 5259/0; Marcelino Silva Electo de Queiroz, matr. 5577/8; Marcelo Batista de Moura, matr. 5347/3; Marcelo Cordeiro Martins, matr. 5726/6; Marcelo Metzker da Silva, matr. 5315/5; Márcia Lúcia de Oliveira, matr. 5572/7; Márcia Maria Aparecida de Carvalho, matr. 5654/5; Márcia Quintão Gomes Horta, matr. 5196/9; Márcio Alves da Silva, matr. 5549/2; Marcio da Silva Lima, matr. 5292/2; Márcio Paulino de Souza, matr. 5392/9; Marckilene da Silva Coura, matr. 5493/3; Marco Antonio Luiz, matr. 5361/9; Marco Antonio Ribeiro dos Santos, matr. 5301/5; Marcos Levindo Barbosa Paiva, matr. 5359/7; Marcus Vinícius Bonfim Campos, matr. 5566/2; Margaret César Santana, matr. 5190/0; Margaret Maria Cintra, matr. 5210/8; Maria Angélica Santana Cunha, matr. 5156/0; Maria Aparecida Barbosa, matr. 5680/4; Maria Aparecida de Paula, matr. 5270/1; Maria Aurora de Azevedo, matr. 5345/7; Maria Auxiliadora Lima, matr. 5197/7; Maria Auxiliadora Ursini Costa, matr. 5509/3; Maria Bernadete Pereira Sena, matr. 5612/0; Maria Cândida Soares Moreira, matr. 4683/3; Maria Cristina de Assis Fonseca, matr. 5186/1; Maria Cristina Lopes Torres dos Santos, matr. 5494/1; Maria Cristina Pinto Monteiro Bernardes, matr. 5669/3; Maria da Conceição Gonçalves de Souza, matr. 5271/0; Maria da Conceição Oliveira Chapman, matr. 5245/0; Maria da Conceição Souza Rodrigues, matr. 5346/5; Maria da Consolação Lima, matr. 5272/8; Maria da Penha Rocha Nascimento, matr. 5204/3; Maria das Graças Marçal Rodrigues, matr. 5595/6; Maria das Graças Pedras de Jesus, matr. 5296/5; Maria das Graças Rodrigues, matr. 5261/2; Maria de Fátima Gama Massara, matr. 5555/7; Maria de Lourdes Fernandes, matr. 5537/9; Maria Dinalva Gomes Rodrigues, matr. 5727/4; Maria do Carmo de Araújo Lobo, matr. 5182/9; Maria Emerentina Rodrigues Gonçalves, matr. 5260/4; Maria Emília de Almeida e Silva Elias, matr. 2970/0; Maria Filomena Raggi, matr. 5252/3; Maria Helena Magalhães, matr. 5495/0; Maria Helena Magalhães Souza, matr. 5262/0; Maria Helena Massara, matr. 5551/4; Maria Isabel das Neves, matr. 5200/0; Maria Lucia Lopes Coimbra, matr. 5201/9; Maria Marli Moreira, matr. 5202/7; Maria Marta Navarro Barra, matr. 5203/5; Maria Natividade Alves de Oliveira, matr. 5558/1; Maria Patrícia Tolentino, matr. 5263/9; Maria Severina Pereira Accorroni, matr. 5206/0; Maria Silvia Pereira Lopes, matr. 5157/8; Maria Telma Costa Oliveira Hahn, matr. 5589/1; Maria Tereza Figueiredo Jabace Moura, matr. 4689/2; Marilda do Carmo Souza, matr. 5550/6; Marilene Rocha Pereira, matr. 5659/6; Marília Montalvão Lima, matr. 5209/4; Mário Ferreira de Azara, matr. 5425/9; Mário Lúcio da Silva, matr. 5712/6; Mário Luiz Alves dos Santos, matr. 5575/1; Marisa Pereira Defillipo, matr. 5535/2; Marisa Silveira Abdo, matr. 5360/0; Marlei Rodrigues, matr. 5592/1; Maurício José Campos de Oliveira, matr. 5420/8; Maurício José Ribeiro, matr. 5249/3; Maurílio Ribeiro Pimentel, matr. 5421/6; Mauro Lúcio de Paula, matr. 5498/4; Mauro Luiz da Silva, matr. 5488/7; Melquisedeque de Sá Bruno, matr. 5576/0; Mercedes Pedrosa de Freitas, matr. 5525/5; Milton Gualberto dos Santos, matr. 5672/3; Mirtes de Paula Neves, matr. 5264/7; Monica Aparecida Miranda, matr. 5191/8; Mônica Fátima Oliveira, matr. 5211/6; Mônica Fernandes Roque, matr. 5532/8; Mônica Sá Fortes Rezende, matr. 5212/4; Mylene Camilo Mendes de Oliveira Marques, matr. 5183/7; Narcélio César Campos, matr. 5499/2; Narcizo Rodrigues, matr. 5491/7; Neide Maria de Souza, matr. 5192/6; Neide Meire da Silva, matr. 5184/5; Nelson Curvelano, matr. 5418/6; Nemias Emidio, matr. 5382/1; Nério Miguel de Souza, matr. 5339/2; Nicanor da Silva Valle, matr. 5432/1; Nilson Rodrigues de Souza, matr. 5436/4; Nilton Inácio da Fonseca, matr. 5307/4; Nísia Furtado Silva Defeo, matr. 5603/0; Noraldina Thomaz Ferreira Madureira, matr. 5621/9; Olegário Henrique de Miranda, matr. 5489/5; Olinto Moreira Filho, matr. 5628/6; Oralda Costa Madureira Simões, matr. 4574/8; Osvaldo Nonato Pinheiro, matr. 5702/9; Osvaldo Carvalho do Amaral, matr. 5417/8; Otacílio Duarte Freitas, matr. 5438/0; Otoniel Nauts Anrra Alves, matr. 5326/0; Ozeas Acarone, matr. 5470/4; Patrícia Maria de Oliveira, matr. 5500/0; Patrícia Moreira Oliveira, matr. 5213/2; Paula de Assis Fonseca Souza, matr. 5214/0; Paulo Cesar de Souza, matr. 5404/6; Paulo Eduardo Ribeiro de Freitas, matr. 5518/2; Paulo Henrique Alves, matr. 5689/8; Paulo Rodrigues do Nascimento, matr. 5517/4; Paulo Sérgio de Oliveira, matr. 5711/8; Pedro Batista de Oliveira Maia, matr. 5437/2; Pedro Cícero Nogueira, matr. 5638/3; Pedro Luiz de Carvalho, matr. 5380/5; Pedro Miguel Martins, matr. 5365/1; Pérciles Luiz Ferreira, matr. 5703/7; Poliana Oliveira Lopes de Azevedo, matr. 5681/2; Raimundo Francisco, matr. 5221/3; Raimundo Mateus, matr. 5353/8; Raquel Ferreira Drosghic, matr. 5215/9; Raquel Freitas Costa Coimbra, matr. 5216/7; Raymundo Nonato, matr. 5362/7; Regina de Paula Ramos, matr. 5266/3; Renato Sérgio Rossi, matr. 5563/8; Ricardo Ferreira Barrioni, matr. 5241/8; Ricardo Luiz Ragi Zuppo, matr. 5710/0; Ricardo Nascimento Hastenreiter, matr. 5405/4; Richard Brynner e de Oliveira, matr. 5376/7; Rita de Cássia Epaminondas de Souza, matr. 5504/2; Rita de Cássia de Moura Junqueira, matr. 5187/0; Roberto Elísio de Castro Silva Filho, matr. 5502/6; Rodnei Rocha Soares, matr. 5528/0; Rodrigo Conde Baeta da Costa, matr. 5308/2; Rogério Cesar Luiz, matr. 5354/6; Romes Aparecido de Jesus Mota Fernandes, matr. 5596/4; Rommel Dival Soares, matr. 5348/1; Rômulo Carreiro, matr. 5538/7; Ronaldo Expedito Braga, matr. 5529/8; Ronaldo Francisco, matr. 5642/1; Ronaldo Teixeira da Silveira, matr. 5424/0; Ronan Leão do Amaral, matr. 5598/0; Rosana Arantes Moreira, matr. 5544/1; Rosane Campos Vieira, matr. 5185/3; Rosângela D'amato Robine, matr. 5217/5; Rosâni Vieira Silva, matr. 5531/0; Rose Mary de Carvalho Almeida, matr. 5219/1; Rosemary Aparecida Martimiano, matr. 5503/4; Rosemary Galdino Moreira, matr. 5640/5; Rosemary Ligorio Machado, matr. 5350/3; Rovilson Galdino de Menezes, matr. 5687/1; Salvador José Carvalho, matr. 5484/4; Samuel Palmeira, matr. 5706/1; Sandra Mara Costa Dutra Paranhos, matr. 5220/5; Sebastião Dias de Carvalho, matr. 5601/4; Sebastião Pereira Lages, matr. 5435/6; Sebastião Soares de Oliveira, matr. 5299/0; Selma Maria de Oliveira Aguiar, matr. 5246/9; Sérgio Ricardo de Paula, matr. 5647/2; Sérgio Silva Henrique, matr.

5674/0; Sidney Reis Thomaz, matr. 5671/5; Silvana Vilela Ribeiro, matr. 5223/0; Simone Albuquerque Avelar, matr. 5548/4; Solange de Abreu Azevedo, matr. 4324/9; Solange Gomes Machado, matr. 5224/8; Solange Maria Tavares Fernandes, matr. 5274/4; Sônia Cláudia Cilento, matr. 5582/4; Sônia Deirara dos Santos Paula Pinto, matr. 5265/5; Soraya Gil Ferreira Oliveira, matr. 5611/1; Sormani Milton Reis Thomaz, matr. 5607/3; Sudario Miranda Silva, matr. 5433/0; Tania Mara Antunes Coutinho, matr. 5225/6; Tânia Mercedes Fiorini, matr. 5226/4; Tércia David Silva, matr. 5725/8; Terezinha de Jesus Moura Brito, matr. 5232/9; Thereza Cristina Rocha Nascimento, matr. 5227/2; Terezinha Candido Moraes, matr. 5718/5; Uissam Jraige, matr. 5228/0; Valdir Israel da Silva, matr. 5407/0; Valéria de Sá Bastos Lopez, matr. 5547/6; Valéria Fontela, matr. 5686/3; Valtoires Josafá Dias dos Santos, matr. 5411/9; Vanderlei Nunes de Souza, matr. 5516/6; Vanessa Mascarenhas Figueiredo de Carvalho, matr. 5602/2; Vania Almeida Morais, matr. 5229/9; Vânia Aparecida Ferreira, matr. 5660/0; Vicente de Paula Chaves, matr. 5408/9; Vicente de Paula Xavier, matr. 5298/1; Wagner Henriques de Souza, matr. 5570/0; Waldemar Gomes, matr. 5351/1; Walter Batista de Moura, matr. 5352/0; Wander Manduca, matr. 5485/2; Wandevorgel José de Souza, matr. 5486/0; Washington Angelo Cabral, matr. 5698/7; Wilson Silveira de Jesus, matr. 5573/5; Wilton de Almeida, matr. 5323/6; Zélio José Campos, matr. 5507/7.

Cargo: Oficial de Execução às Atividades da Secretaria - Adriana Botelho Cançado Cunha, matr. 5562/0; Adriana Xavier Francisco, matr. 5275/2; Antônio Carlos Vieira Magalhães, matr. 5561/1; Argeu de Oliveira Murta, matr. 5300/7; Carlos Alberto Rabelo Pires, matr. 5305/8; Celdinei Ferreira Batista, matr. 5312/0; Celmira Generoso Porto Campos, matr. 5591/3; Clauder Marcenes Borges, matr. 5656/1; Cyro Joaquim Guimaraes, matr. 5284/1; Daniele Lara Nicácio, matr. 5655/3; Delza Lucia da Silva Marques, matr. 5287/6; Fabio Luiz Rocha Nascimento, matr. 4011/8; Fernando José Rocha Nascimento, matr. 5559/0; Fernando Lisboa Rosa, matr. 5556/5; Gilberto Martins Machado, matr. 5237/0; Gilson Afonso Cortes, matr. 5536/0; Helson Anselmo Duarte, matr. 5840/8; João Carlos Ribeiro de Navarro Filho, matr. 5335/0; Júlio Rodrigues Chaves, matr. 5238/8; Marcos Amaral Rainho Ribeiro, matr. 3036/8; Maria Soares da Conceição, matr. 5615/4; Maria Teresa Bronzo Ladeira, matr. 5207/8; Mércia Maria Caldas Mendonca, matr. 5600/6; Paulo Roberto Exposito de Oliveira, matr. 5297/3; Paulo Sérgio de Souza Coelho, matr. 5675/8; Ronald Andrade Gomes, matr. 5841/6; Rosângela Frigini da Silva, matr. 5218/3; Sávia Morais Lima, matr. 5222/1; Walderez Simoes Abreu Primorac, matr. 5230/2; Walter de Oliveira Cobucci Filho, matr. 5506/9; Walter Laurindo Alves Filho, matr. 5677/4.

Cargo: Técnico de Execução às Atividades da Secretaria - Marcos Lima de Abreu Rosa, matr. 5508/5; Maria de Lourdes Campos, matr. 5530/1; Sergio Antônio de Barros, matr. 5194/2.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2001

Convite nº 43/2001

Objeto: fornecimento de atualizações do "software" Discreet e Adobe e cópia do "software" Ice Final Effects Complete. Licitantes habilitadas: Digicadd Computação Gráfica Ltda., R2V2 Informática Ltda. e Bysen do Brasil Ltda.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2001

Convite nº 44/2001

Objeto: aquisição de 1 pulse & vídeo delay line modelo Var-320 (0-320 nanoseconds) e 1 encoder modelo VM 70 NT. Licitantes habilitadas: Bysen do Brasil Ltda., Richardson Eletronics do Brasil Ltda. e Videomart Ltda. Licitante inabilitada: Supply Mídia Comércio e Distribuição Ltda.

ERRATA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 20/10/2001, na pág. 32, col. 4, sob o título "Gabinete do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira", onde se lê:

"Eliana Maria Sales Gutierrez", leia-se:

"Eleana Maria Sales Gutierrez".